

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

DIAS (João Sebastião da Silva). — *A política cultural da época de D. João III*. Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Filosóficos. 1969, 1 vol. em 2 tomos; *Os Descobrimentos e a problemática cultural do século XVI*. Universidade de Coimbra. Seminário de Cultura Portuguesa. 1973. 411 pp.

O professor português J. S. da Silva Dias, com seus dois últimos livros publicados, *A Política Cultural da Época de D. João III* e *Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI*, realiza uma obra verdadeiramente fantástica, um exemplo incomparável da mais alta, da mais pura, da mais perfeita erudição.

Do primeiro livro saiu apenas o primeiro volume, em dois grossos tomos, estudando a problemática cultural da época joanina terceira. É uma obra de grande complexidade arquitetônica, uma interpretação da realidade histórica na sua estrutura e nas suas conexões. O livro estuda o classicismo e o humanismo, todo o contexto ideológico europeu, as letras e a política, as reformas de ensino, preparatório, superior, e a Universidade. a cultura e a ação, os fatores sociológicos e políticos, a reação à conjuntura ideológica do século XVI.

A base é o conhecimento profundo e extenso de todas as fontes, uma bibliografia eruditíssima, as mais importantes obras, os autores clássicos, uma construção metodológica extremamente apurada, uma concepção historiográfica moderna, uma capacidade interpretativa de alta categoria.

Não posso, nos limites deste artigo de duas páginas, tratar adequadamente deste livro e muito menos dos dois, pois o segundo, *Os Descobrimentos*, apesar de menor, apresenta a mesma força intelectual, a mesma exuberância de conhecimentos, a mesma capacidade crítica. Creio firmemente que todas essas páginas foram construídas laboriosamente, e estou certo de que muito aprenderão os que tiverem o prazer de lê-las.

O segundo livro estuda, em sete capítulos, os descobrimentos e a modelação da mente nacional, os descobrimentos e os conteúdos do saber em Portugal, a revolução da experiência, a expansão na balança cultural da Europa, a revolução dos mitos e dos conceitos, os portugueses e o mito do bom selvagem, a frustração cultural da expansão. O Autor quer mostrar que os descobrimentos são apenas um entre os vários fatores que contribuíram para a formação dos rasgos característicos da cultura moderna. Eles são uma obra igual de portugueses e espanhóis, e não devem ser postos em paralelo com o

(*) . — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas obras para a competente resenha bibliográfica (*Nota da Redação*).

humanismo e o surto das belas-artes, pois são fundamentalmente uma explosão de vida, e por isso seu nível específico é o da renascença, com o acréscimo de vitalidade e de espírito ativista.

O Autor estuda os reflexos científicos e culturais dos descobrimentos, desde a visão épica à lamentação ética, as formas das variações mentais e morais, o deslumbramento patriótico, o pessimismo moral, o orgulho do feito nacional, a tendência à exaltação mítica. É uma psico-história do povo lusitano, e nenhum estudioso sério pode ficar indiferente ao conhecimento dos progressos culturais, das influências morais que os descobrimentos provocaram.

O livro revela um conhecimento seguro das idéias filosóficas, teológicas, morais, das ideologias que formam a mentalidade portuguesa da época dos descobrimentos. É importante notar o divórcio entre a filosofia e os descobrimentos, a distância entre os intelectuais oficiais de Coimbra e os intelectuais do descobrimento e da expansão, bem como as pressões e a ressonância que os descobrimentos exerceram no ensino científico e na mente religiosa. Os intelectuais progressistas têm em Luís de Camões, assim como em João de Barros, André de Resende, Diogo de Teive, Damião de Góis, as suas expressões mais notáveis, e o Poeta expõe, no Canto Sétimo de seu poema o contraste entre os portugueses e os outros povos. Não hesito em dizer que a historiografia de língua portuguesa tem, no professor J. S. da Silva, uma das suas expressões mais fortes e mais ricas, e esses seus dois livros representam um monumento incomparável de saber e de capacidade crítica e interpretativa.

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

* *

*

RICHE (Pierre). — *La vie quotidienne dans l'Empire Carolingien*. Paris. Hachette. 1973. 380 pp.

Pierre Riché empreendeu uma tarefa difícil: a de tentar reconstituir a vida quotidiana na época carolíngia. Como evocar o quotidiano da vida naquilo que existe de mais humilde, quando não dispomos de uma documentação muito rara e dispersa, essencialmente literária? O Autor começou por colocar o homem no seu quadro geográfico. Como seria esse imenso Império Carolíngio? A simples idéia da diversidade de povos, de línguas e de costumes que o compunham nos deixam pensativos. Como se ia de uma região para outra, se sabemos que as estradas eram raras e as antigas vias romanas eram ainda utilizadas e tidas como feitas pela rainha Brunehaute? Além disso, devemos levar em conta a pobreza da densidade demográfica. O mundo era hostil. Os homens, portanto, se reagrupam em aldeia, cidades monásticas, residências principescas e cidades.

Na sociedade carolíngia se defrontam dois grupos: de um lado, os poderosos aristocratas leigos e eclesiásticos, gravitando em torno da corte real, que, pela sua educação, seu gênero de vida, sua aptidão à guerra, suas riquezas, regem o Império; do outro lado, os camponeses livres ou servos, os mercadores, os judeus, dependendo muito de perto dos poderosos.

Os carolíngios estavam às voltas com os problemas da vida material. Era necessário explorar a terra para se alimentar dificilmente; os artesões rurais e urbanos fabricavam materiais com que se vestir, se equipar e se alojar.

A época carolíngia é tida como de renascimento intelectual e religioso. As escolas e os *ateliers* dos escribas foram a origem da renovação. Os *clercs* e os monges tinham o monopólio da cultura. Eles educam os aristocratas leigos e asseguram a “salvação” do povo. Toda a vida religiosa é centralizada na prece litúrgica.

Os carolíngios vivem dificilmente em consequência das guerras e da peste. Devem procurar protetores: primeiramente o rei, supremo juiz, mas também os grandes, e enfim a Igreja. Eles têm, além disso, de recorrer à proteção dos santos, honrando as relíquias e fazendo peregrinações. Esses são os principais aspectos do livro que é uma bela síntese da vida quotidiana no período carolíngio.

E. S. P.

* *
*

SODRÉ (Nelson Werneck). — *Síntese de história da cultura brasileira*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1972. 136 pp.

Mais um trabalho de Nelson Werneck Codré — publicado em 1970 e reeditado no ano passado — a ser acrescentado à sua vastíssima produção como escritor. *Síntese de História da Cultura Brasileira*, no entanto, embora nos traga de volta a velha discussão em torno da obra de Sodré, tem alguns traços particulares que fazem-no digno de um interesse especial: inicialmente, nele Sodré se debruça sobre o presente, considerado a partir das limitações que ultimamente se vem impondo à produção intelectual e artística em nosso país; em segundo lugar, porque aborda, embora sem fugir aos moldes de seus trabalhos anteriores, um tema altamente controvertido, cujo campo de estudo atravessa, em nossos dias, grave crise metodológica que se reflete na quase totalidade dos trabalhos que enfocam temas ligados à história da cultura (no sentido que o autor dá à palavra), das idéias, mentalidades, ou outras denominações que se prefira utilizar.

O livro está dividido em duas partes. A primeira, intitulada “A herança cultural”, descreve e analisa em pouco menos de cinquenta páginas as diversas “fases” de nossa cultura: a “cultura colonial”, caracterizada primordialmente pela transplantação e pela alienação face aos problemas locais, e a “cultura de transição” que compreende o período iniciado com a atividade mineradora e se prolonga até a Revolução de 1930, marco — segundo o autor — da ascensão da burguesia brasileira e da elaboração de uma cultura propriamente nacional. A segunda parte do livro, rotulada pelo autor de “O desenvolvimento cultural”, aborda a cultura nacional em seu estágio presente, definido a partir do desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil, que marca a produção cultural em todos os setores que Sodré discute: cinema, rádio, tv, música popular, teatro, artes plásticas, a Universidade, as atividades editoriais. O autor encerra o livro mostrando que o principal empecilho que se coloca ao “desenvolvimento cultural” brasileiro está intimamente relacionado com a falta de liberdade de criação e pensamento, sem a qual “não há como colocar o problema da cultura” (p. 135).

Antes de qualquer comentário, é necessário resalvar o conceito de cultura utilizado neste trabalho. Já pelo que foi colocado acima, pode-se deduzir que o termo “cultura” é empregado não em seu sentido antropológico/sociológico, mas designa “o conjunto de formas da vida espiritual da sociedade, que nascem e se desenvolvem à base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinado. Assim, entende-se por cultura o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade na instrução, na ciência, na literatura, na arte, na filosofia, na moral, etc.” (M. Rosental e P. Iudin, *Dicionário Filosófico Abreviado*, Ediciones Pueblos Unidos, Montevideo, 1950, citado por Sodré, pp. 3-4).

Descrevendo a primeira “fase cultural” brasileira, que se define pela situação de dependência colonial, Sodré encaminha sua análise no sentido de mostrar o caráter da vida cultural deste período, marcada pela destruição da comunidade indígena, seus valores e costumes, e pela formação jesuítica. O isolamento geográfico interno, a ausência de vida urbana, a distância em relação à metrópole são fatores apontados como “traços que denunciam... refratariedade às formas superiores de cultura” (p. 13). As condições objetivas desfavoreciam a atividade cultural, entregue exclusivamente ao ensino de origem religiosa que controlava toda a estrutura de transmissão sistemática da cultura. Por outro lado, o ensino jesuítico “conservado à margem, sem aprofundar sua atividade e sem preocupações outras senão as do recrutamento de fiéis ou de servidores, tornava-se possível porque não perturbava a estrutura vigente, subordinava-se aos imperativos do meio social, marchava paralelo a ele” (p. 17). A formação jesuítica — do dogma, da autoridade, da linha escolástica — continha um elemento de repulsa às atividades inovadoras ou criativas, bem como um completo desligamento em relação aos aspectos da

vida prática, o que define, para o autor, seu caráter de classe a partir do estabelecimento da contradição entre o trabalho físico e a atividade intelectual — privilégio da classe dominante.

O período seguinte na história da cultura brasileira, ao qual Sodré rotula “de transição”, se recorta a partir do aparecimento no quadro nacional, de uma pequena burguesia anterior à própria burguesia (p. 23), gerada na crescente complexidade assumida pela sociedade nacional com o advento da atividade mineradora. Esta pequena-burguesia precoce vai desempenhar importante papel tanto ao nível político — quando se tratou de importar a ideologia burguesa, suas reivindicações e formulações — quanto ao nível cultural através da implantação no Brasil de padrões e valores estéticos provenientes do avanço burguês no Ocidente europeu. A nova sociedade gerada pela mineração traz em seu bojo exigências culturais até então desconhecidas, que nascem da pequena burguesia e se dirigem preferencialmente a ela. Dentro deste quadro, Sodré insere o desabamento da estrutura unitária do ensino jesuítico, acarretado pela reforma de Pombal.

A classe dominante procura formar seus quadros, buscando nas Universidades européias formação humanística, ainda desvinculada dos problemas e necessidades locais. É, no entanto, neste período que vão surgir as primeiras manifestações “nacionais” da cultura, propostas basicamente em trabalhos dos artesãos do barroco mineiro — geralmente de origem humilde. Aliás, a produção intelectual e artística deste período em Minas Gerais fornece o que Sodré considera os primeiros trabalhos “dignos de menção” — no barroco escultural e arquitetônico, musical, nos poetas da Inconfidência Mineira — embora só os primeiros tenham alcançado realmente a capacidade de criação original (nacional).

O interesse pelas atividades intelectuais e artísticas que se manifesta na “camada intermediária” da população — ligado, segundo o autor, ao desejo de ascensão social, — vai formar o que Sodré chama de “classe culta”, a intelectualidade da época de formação literária é abstrata, que depende da classe dominante senhorial e vai dar expressão aos seus interesses no processo de autonomia nacional. Por outro lado, a importância assumida pela implantação dos cursos jurídicos em nosso país, com sua visão humanista e universalista, vai se concretizar na crescente atuação desses elementos no jornalismo político, nos debates do parlamento, na atividade judiciária, etc. Esta “classe culta” oscila entre dois polos dicotômicos: as condições objetivas traduzidas nos interesses das classes dominantes e as “fascinantes influências” do pensamento burguês europeu. “Este descompasso entre a formulação política e o atraso do meio, que foi nota constante nas manifestações de rebeldia dos letrados, traduzia talvez o inconformismo com nossas deficiências, mas, de uma forma ou de outra, mostrava o traço de alienação cultural peculiar aos povos

de passado colonial” (pp. 40-41). Este traço aprofunda, cada vez mais, a distância entre as “culturas” das elites e das classes populares.

No quadro das transformações pelas quais passa a sociedade brasileira, a pequena burguesia — notadamente seu setor intelectualizado, — vai assumir o papel de vanguarda para a nascente burguesia, crescendo quantitativamente e em termos de influência, buscando maior participação política e “pondo em questão verdades aceitas” (p. 48). É dentro desta moldura que Sodré insere as obras de Machado de Assis, Tobias Barreto, Ruy Barbosa, Castro Alves, Sylvio Romero, Euclides da Cunha entre outros, sem se deter em maiores considerações que permitiriam uma identificação mais particularizada. A incorporação do positivismo, por outro lado, dá novas forças a este avanço reformista na medida em que permite conciliá-lo com os valores tradicionais.

Segundo o autor, a “fase” percorrida entre o momento reformista de fins do século XIX — reformas religiosa, militar, eleitoral, abolição, proclamação da República — e a eclosão da Iª Guerra Mundial em 1914 marcam uma etapa de estagnação cultural, que vai ser sacudida pelo avanço das relações capitalistas de produção no Brasil, posterior à Guerra. Este avanço econômico é acompanhado de profunda contestação política e cultural, liderada pela intelectualidade pequeno burguesa, e pode ser tipificado, no nível político pelos movimentos tenentistas, e no nível cultural pelo modernismo de 1922. Seriam ambos, para Sodré, aspectos ou manifestações características do avanço da burguesia em nosso país. Ainda assim, o modernismo mantém os mesmos padrões que caracterizavam a produção cultural anterior: nacional nos temas, importada nas formas e técnicas. De qualquer forma, este movimento é visto como uma manifestação desta “vanguarda ousada, rompendo obstáculos e desprezando preconceitos, receptiva às mudanças, descompromissada com a sacralidade de valores estabelecidos” (p. 60), em íntima correlação com o desenvolvimento das relações capitalistas no âmbito nacional.

*

A apreciação das análises de Sodré impõe ao crítico considerável dificuldade, tantas as questões a serem levantadas e tal a quantidade de aspectos a serem discutidos. De qualquer forma, o simples resumo de suas colocações já deixa entrever a fragilidade desta análise, que se manifesta em todos os níveis — desde os fundamentos teóricos até o dado da total ausência de pesquisa nesta primeira parte da obra. A este respeito é de se notar que nestas primeiras sessenta páginas Sodré se utiliza apenas de dois ou tres trabalhos próprios, muito pouco da obra de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, e muito da obra clássica de Fernando de Azevedo, citada constantemente e que serve de base a toda a sua análise. Evidentemente, a bibliografia sobre o tema abordado é bastante reduzida — e muito mais se se pensar em termos de monografias que justifiquem a preocupação com a elaboração de

uma síntese. Este fator — a “síntese” de uma história que ainda não foi devidamente pesquisada — carrega boa parte da responsabilidade pela inconsistência deste livro considerado, pelo menos, em sua tentativa de análise histórica.

É ainda de se notar a facilidade com que Sodré se utiliza de conceitos como o de “herança cultural”, ou as idéias de influência e tradição, de aplicação bastante problemática, tendo em vista a necessidade imperiosa de, quando menos, se esclarecer o significado destas categorias já bastante contestadas no campo da história das idéias. Sem querer entrar no debate é, no entanto, pertinente lembrar que a utilização dada às mesmas pelo autor tem muito de tradicional e impressionista, na medida em que tais categorias se inserem na análise sem maior questionamento, sem nenhuma preocupação metodológica que, especialmente dentro do campo abordado, mereceria uma discussão mais ampla.

Seria ocioso voltar à discussão — já antiga e praticamente esgotada — da utilização dogmática do esquema das quatro fases do processo histórico na interpretação da história brasileira que está presente em toda a obra de Sodré. Por outro lado, seria talvez escusado insistir no mecanicismo de suas análises, não fosse o aspecto peculiar deste livro que enfoca o campo da história das idéias — onde esta falha, já tradicional na vasta produção de Sodré, se manifesta com maior clareza no que tange ao problema do “reflexo”. Para ele, há uma correspondência perfeita, simétrica, entre o nível infraestrutural e o mundo das idéias. As mudanças na estrutura sócio-econômica são seguidas, imediatamente, por mudanças no campo cultural — e desta forma Sodré periodiza as diversas “fases culturais” a partir de um modelo teórico rígido, constantemente desmentido pela pesquisa, no qual são encaixados vários níveis de análise com cronologias idênticas como se o tempo fosse, para o historiador, uma categoria absoluta e indivisível.

Este tipo de visão que marcou, pelo menos na última década, nossa historiografia, tem provocado inúmeras distorções, falhas de compreensão e mesmo falseamentos na descrição do processo histórico brasileiro — que aliás, se refletiu negativamente na própria compreensão e busca de soluções para os problemas práticos do presente.

Resta apenas, para não nos alongarmos em demasia nestas críticas, observar que é extremamente necessário quando se trabalha no campo da História, e especialmente a das idéias, um severo cuidado quando se trata de adjetivar — como faz Sodré — as coisas do passado. Formulações subjetivas como as que se referem a “indigência” (p. 20) da produção intelectual e artística da colônia, ou aos trabalhos que o autor considera “dignos de menção” (p. 14) são, quando menos, desnecessárias e mesmo prejudiciais à análise científica, na medida em que projetam valores atuais ao conhecimento objetivo da história, distorcendo a realidade estudada e correndo o risco de conferir à história o triste papel de memória nacional.

A segunda parte do livro aborda a última “fase cultural” brasileira, marcada pela aceleração no desenvolvimento das relações capitalistas de produção e o conseqüente aumento da burguesia e do proletariado, cujo marco se instaura na Revolução de 1930. O crescimento destas relações capitalistas acompanham as “três crises” do capitalismo internacional — as duas Guerras e a depressão de 1929 — que correspondem aos “três saltos” no desenvolvimento capitalista nacional. Após a II Guerra o imperialismo muda de orientação, voltando-se para a instalação de indústrias no interior do país, disputando seu mercado interno. As novas relações de produção instauradas geram novas e crescentes exigências culturais — os produtos da cultura transformados, agora, em mercadorias. Assim, para Sodré, é errôneo estudar a cultura brasileira sem considerar esta mudança qualitativa que reflete, inclusive, um desenvolvimento capitalista “desigual, passando por ritmos diversos, superando crises, destruindo valores, avançando aos arrancos” (p. 66).

Distinguem-se duas seqüências no período histórico que se inicia em 1930: a primeira, da revolução de 1930 até o final da II Guerra; a segunda, que se inicia em 1945 e prossegue em nossos dias. As diferenças entre ambas são mais de ordem quantitativa e se definem em termos da passagem do Brasil da esfera de influência inglesa para a norte-americana: do ponto de vista cultural, as influências européias predominantes até a II Guerra cedem lugar às da América do Norte.

A primeira seqüência fica marcada por grande efervescência política e por uma intensa luta ideológica. Começa com relativa liberdade, indo desembocar na ditadura de 1937 que reflete, para Sodré, a ascensão nazi-fascista na Europa. É, desta forma, uma fase de intensa participação política, onde os autores são levados a se colocarem dentro de uma perspectiva de engajamento. O desenvolvimento das relações capitalistas “gera estímulos, de um lado, e particularmente de início, mas depois apresenta deformações e cria servidões no domínio da cultura” (p. 71). As constantes tentativas de supressão do analfabetismo, por exemplo, geradas pela necessidade econômica de melhorar o nível do operariado, são contrabalançadas pelo afunilamento do acesso aos graus posteriores do ensino. Acompanha este processo o tardio aparecimento, no quadro nacional, das Universidades, vistas sempre com desconfiança — as contradições da sociedade brasileira funcionando como explosivos na destruição de seus alicerces, já fracos de origem. Por outro lado, à medida em que se desenvolviam as relações capitalistas, a pesquisa científica tem grande incremento passando do esforço individual e isolado dos pesquisadores para a área institucional.

A esta fase de intensa renovação cultural se segue, após 1945, uma outra marcada primordialmente pelos meios e técnicas de cultura de massas, cujas características essenciais são a homogeneização e padronização de gostos, idéias, valores, etc. dentro das fórmulas da produção em série, que destinam ao desa-

parecimento ou à profunda debilitação as culturas nacionais. Para Sodré, é necessário encarar o aparecimento dos meios de comunicação de massa — rádio, tv, cinema, publicidade — não como fator gerador do problema, mas como resultado da estrutura sócio-econômica gerada pelo sistema capitalista. “Essa é a cultura que os meios de massa difundem, hoje, no Brasil: além de seu baixíssimo nível e de seu teor desumanizante, tende, cada vez mais, à desnacionalização, ao esmagamento de nossa herança cultural. Nosso povo, destituído de quaisquer direitos, inclusive o que afeta à sua cultura, para não falar no impedimento à ampliação dela, é ainda acusado pelo nível baixo” (p. 79).

Passando a analisar os diversos ramos da cultura nacional, Sodré procura mostrar como eles estão ligados aos interesses imperialistas, ou limitados por eles e pelo regime vigente. O cinema nacional e as dificuldades que encontra para se impor em face do controle da distribuição operado por grupos ligados principalmente ao cinema norte-americano, e da penetração maciça do filme estrangeiro; a cartelização do rádio e da televisão e seu compromisso com o anunciante, com a cultura importada, e sua capacidade massificante de vendedores de ídolos e sabonetes; a música popular, falseada enquanto produto de consumo distribuído pelos meios de comunicação de massa e pela engrenagem comercial das gravadoras; o teatro, em crise permanente pela recusa de se amoldar aos padrões vigentes; as artes plásticas, transformadas em veículo de entesouramento de uma burguesia refinada; a imprensa e o livro, controlados pelo anunciante e pelas agências de notícias estrangeiras, no primeiro caso, e bloqueado pela compra das editoras nacionais por empresas estrangeiras e pelo alto preço do livro que dificulta seu uso em maior escala; finalmente, a Universidade, vista a partir das limitações impostas pelo sistema na medida em que, de centro da luta ideológica nacional, se tenta transformá-la em entidade apolítica e acrítica através da canalização de recursos financeiros tanto quanto repressivos. A tudo isto se acrescenta os mecanismos policiais mobilizados na vigilância à cultura, seja em termos de censura, seja em termos de repressão direta.

*

Evidentemente, não se trata de uma análise científica, regida por metodologia apurada ou critérios rígidos de aferição. Esta segunda parte do livro de Sodré se caracteriza antes pelos aspectos da sensibilidade — na forma de perceber os problemas — e da denúncia — na forma de coloca-los para o leitor.

Deve-se acrescentar que estas análises, especialmente quando se fixam em campos específicos da atividade cultural, embora válidas em certo sentido não deixam de ser incompletas, truncadas em aspectos importantes que mereciam maior destaque. Vários problemas da maior importância — como o do distanciamento cada vez mais agudo entre uma elite intelectual e as massas —

deixam de ser abordados mais rigorosamente, quando teria necessariamente de aflorar especialmente na parte final da análise quando são abordados setores como o cinema, o teatro, as artes plásticas, a própria Universidade. Ainda pequenas críticas devem ser colocadas a partir de esquecimentos inexplicáveis — porque deixar de lado, por exemplo, a literatura? — ou certos cortes bruscos na análise — porque encerrar o tópico referente à MPB na Bossa Nova, deixando de lado movimentos mais recentes e igualmente significativos?

Por outro lado, parece desnecessário insistir nas críticas já formuladas quanto à primeira parte do livro, para colocar nos mesmos termos a forma pela qual Sodré analisa o desenvolvimento histórico brasileiro posterior a 1930 — inclusive o erro que já vem sendo corrigido em nossa historiografia —, de se considerar esta data como marco definitivo da ascensão da burguesia industrial no quadro brasileiro.

De qualquer forma, este trabalho de Nelson Werneck Sodré vale pelo que contem de advertência e de visão crítica do presente. Com efeito, o problema da desnacionalização e da massificação da cultura se impõe ao debate, uma vez que tende a provocar o esgotamento da capacidade crítica nacional e a acarretar desvios no caminho de uma autêntica busca de soluções próprias — e não importadas com os enlatados da tv. Uma cultura nacional — no sentido de atividade intelectual voltada essencialmente para os problemas nacionais e buscando soluções específicas para o caso brasileiro — é, sem dúvida, um objetivo que nunca foi atingido. O livro de Sodré nos relembra que estamos cada vez mais longe dele.

De resto, o livro vale — apesar de todas as suas incorreções — pelo que contem de advertência à toda a intelectualidade brasileira: o grande problema que se coloca, aqui e agora, e que antecede qualquer outro na ordem de importância, é o da conquista da liberdade. Na medida em que define os limites da crítica e da criatividade, ela é condição vital para seu trabalho cotidiano. Evidentemente, tal advertência não é nova; mas permanece extremamente viva e necessária diante da constatação de que, cada vez mais, setores cada vez maiores da nossa intelectualidade parecem tentados a deixá-la em plano secundário, esquecida nos trabalhos corajosos que, eventualmente, aparecem.

MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA

* *

*

TAVARES (Maria da Conceição). — *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1972. 262 págs.

O grande debate em torno do “modelo de desenvolvimento brasileiro” reuniu partidários e opositores numa polêmica enriquecida por valiosas análises de

economistas, sociólogos, cientistas políticos e filósofos. O assim chamado “milagre brasileiro” vem provocando discussões que saíram fora da fronteira do país.

A economista Maria da Conceição Tavares (1) tem participado intensamente desse debate. Sua obra *da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, recentemente publicada, nele se integra. Os quatro ensaios, aí reunidos, representam uma contribuição inestimável aos interessados em acompanhar de perto o tão controvertido processo de desenvolvimento brasileiro dos anos recentes.

Esses ensaios, realizados a partir de 1963, permitem ao leitor observar a evolução do pensamento da autora, as reformulações que foi efetuando a cada passo de seu trabalho, embora exista em todos uma linha comum — a análise crítica dá economia brasileira.

A importância de seus estudos reside ainda no fato de terem servido como ponto de referência a outras análises nessa mesma direção.

O primeiro ensaio, *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações*, escrito em 1963, acha-se dividido em duas partes; um modelo teórico do processo de Substituição de Importações, aplicável a vários países latino-americanos e uma análise concreta — o caso do Brasil.

A passagem do modelo tradicional (primário exportador) para o novo modelo (substituição das importações) se explica em termos da perda de dinamismo do primeiro, cujo crescimento se achava basicamente condicionado à demanda externa por produtos primários, do que dependia a capacidade para importar. As crises do mercado internacional refletiam, pois, direta e imediatamente, nas economias periféricas.

A Grande Depressão (1929) é tomada como o ponto de ruptura do funcionamento do modelo primário-exportador. A violenta queda na receita de exportação acarretou, de imediato, uma diminuição sensível na capacidade para importar, ocasionando mudança das variáveis dinâmicas da economia. Deu-se uma perda da importância relativa do setor externo no processo de formação da Renda Nacional e, concomitantemente, um aumento da participação da atividade interna.

No novo “modelo”, a transformação se deu no setor industrial e atividades a ele ligadas, sem modificar sensivelmente o setor primário. Desse caráter parcial da transformação, resultam, segundo a autora, duas circunstâncias: 1). — a preservação de uma base exportadora precária e sem dinamismo, o que representa uma das causas do crônico estrangulamento externo; 2). — o

(1). — A autora, desde 1961, acha-se vinculada à CEPAL, órgão das Nações Unidas, com sede em Santiago do Chile. Desde 1968, Maria da Conceição Tavares radicou-se no Chile, afastando-se temporariamente de suas atividades docentes na Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro.

caráter “parcial” da mutação ocorria no sistema econômico fez surgir um novo tipo de economia dual.

O processo de Substituição de Importações é definido como “um processo de desenvolvimento “parcial” e “fechado” que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir, aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (pg. 35).

Focaliza-se a contradição básica do processo de Substituição de Importações no crescimento do produto em oposição às limitações da capacidade para importar. A instalação de unidades industriais para produzir bens de consumo final, antes importados, tende a expandir o mercado interno desses mesmos bens, não só pelo próprio crescimento da renda, decorrente do processo de investimento, como pela inexistência de restrições internas que antes limitavam as importações desses produtos. A demanda, derivada por importações de matérias primas e outros insumos, cresce, rapidamente, tendendo a ultrapassar as disponibilidades de divisas.

Na superação contínua dessa contradição, estaria a essência da dinâmica do processo de Substituição de Importações.

A autora aponta, no novo processo de desenvolvimento, três fatores que são causas de deformações:

- a). — a dimensão e estrutura dos mercados nacionais, — ligados à concentração da renda (desigualdade de distribuição), o que acaba por reduzir a demanda às classes de altas rendas;
- b). — importação de uma tecnologia que exige grande quantidade de capital e o emprego gerado é relativamente pequeno;
- c). — constelação de recursos naturais — uma desproporção entre uma abundância relativa de recursos naturais e mão-de-obra não qualificada, em contraposição à escassez de mão-de-obra qualificada e capital.

A não solução desses problemas, segundo a autora, conduz “a um agravamento ainda maior da dualidade estrutural básica da economia latino-americana (2), ou seja, a um alargamento da brecha existente entre o “setor capitalista”

(2). — Várias teses surgiram em oposição às teorias dualistas. Delas, talvez, a mais acabada seja a de Luís Pereira (*Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*. Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1970), que critica a caracterização de subdesenvolvimento/desenvolvimento a partir de uma abordagem estrutural que tem como núcleo a tese dualista. Entende o capitalismo se realizando em âmbitos societários e adota uma ótica “nacional” (unidade geopolítica, em geral o país).

Luís Pereira, ao caracterizar as sociedades “periféricas” do sistema capitalista, apresenta-as como inseridas no sistema capitalista mundial desde o início da sua formação e entende o capitalismo se realizando em âmbitos “inter-

relativamente desenvolvido e o “setor de subsistência” extremamente subdesenvolvido. Isto não só impedirá que aquele atue como motor dinâmico do sistema como um todo, como, muito provavelmente, acabará por frear o seu próprio dinamismo interno” (pg. 58).

Na análise de caso — o Brasil — são marcados três momentos do processo de Substituição de Importações;

1). — Após a Grande Depressão a política econômica do governo possibilitou a rápida recuperação da atividade interna, aproveitando mais intensamente a capacidade produtiva instalada (substituição de bens de consumo leves);

2). — Segunda Guerra — pelas dificuldades de suprimento do exterior o governo decidiu entrar no setor de siderurgia (indústria pesada);

3). — Pós-Guerra — período de expansão e mudança contínua da estrutura industrial brasileira. Três fases:

a). — 1945-47 — alívio da situação do setor externo (aumento do preço do café) e uma retomada da capacidade para importar;

b). — 1948 — primeiros déficits na balança de pagamentos deram lugar a um controle cambial (controle rígido sobre importações de bens de consumo não essenciais e barateamento das importações de bens de capital e produtos intermediários). Nesse período deu-se a implantação de indústrias de bens de consumo duráveis;

c). — 1956-1961 — aumento da participação direta e indireta do governo nos investimentos e entrada de capital estrangeiro. Houve ritmo de desenvolvimento acelerado, mas também, um agravamento das pressões inflacionárias com graves repercussões na economia como um todo.

Ao explicar as condições favoráveis ao crescimento da economia brasileira (comparando-se com o resto da América Latina), a autora salienta fatores internos e externos.

Internamente, a existência, quando da Grande Depressão, de um mercado interno bem amplo e uma estrutura industrial incipiente, mas com relativa diversificação, favoreceram o crescimento da economia brasileira. Mas a ênfase maior na peculiaridade do caso brasileiro é posta em termos da coincidência

societários”. Dessa forma, as sociedades “periféricas” desse sistema se revelam como diferenciações internas ou “subsistemas” de sistemas globais intersocietários capitalistas.

Considera a ótica de “mercado” a mais adequada para o estudo do funcionamento do sistema capitalista. A ótica “nacional” é, segundo ele, o que permite sustentar a idéia de dualismo, pois, na ótica de “mercado” não há como sustentar a existência de um setor não-capitalista, pois este não poderia ser considerado como setor ou participante do sistema, uma vez que está fora dele.

espacial (região centro-sul) dos setores dinâmicos num e noutro modelo de desenvolvimento, o setor exportador no modelo tradicional e o setor secundário no modelo de substituição de importações.

O fator externo favorável, refere-se à recuperação do poder de compra das exportações no pós-guerra até 1954, o que possibilitou o desenvolvimento, ampliando a capacidade para importar (equipamentos e matérias primas). Quando, novamente declinou esse poder de compra das exportações, o processo já tinha conseguido dinamismo suficiente para seguir adiante. O que não aconteceu em países como Argentina e Chile.

A autora afirma que o novo modelo de desenvolvimento de substituição de importações, apesar do crescimento obtido, conduziu a economia brasileira a um dos tipos mais acabados de economia dual na América Latina. A gravidade do problema reside não só nos desníveis absolutos de produtividade, como no fato de essa disparidade tender a aumentar com o processo de desenvolvimento em curso.

A idéia de que um mercado interno restrito, consequência da desigualdade de desenvolvimento, atua como fator de esgotamento do processo expansão brasileiro, uma vez que a demanda acaba, num dado instante, a não corresponder mais ao crescimento industrial, levou a autora a propor como saída para o problema, reformas de estrutura na economia (entre elas, reforma agrária) que provocassem uma distribuição da renda para ampliação do mercado interno, o que evitaria a estagnação econômica e possibilitaria um desenvolvimento global.

Tais colocações representavam não apenas o pensamento da autora, mas o de toda a “escola-cepalina” de uma maneira geral. Nessa mesma linha de análise estão as teses de Celso Furtado, também vinculado à CEPAL.

No entanto, a retomada do crescimento econômico brasileiro após 1967, sem a efetivação das reformas propostas pela autora, fez com que efetuasse uma revisão de suas proposições o que a distanciou, de certa forma do pensamento cepalino. Os demais ensaios constantes do livro demonstram uma nova linha de interpretação (3).

O segundo ensaio *Notas sobre o Problema do Financiamento numa Economia em Desenvolvimento* (1967), foi escrito com o objetivo de analisar as novas condições de financiamento e o novo caráter da inflação, tidos pela autora como pontos chaves para se entender as possibilidades de retomada do crescimento.

(3). — A autora faz questão de frisar, nesses ensaios, que as opiniões expostas são estritamente pessoais e não representam, necessariamente o pensamento da instituição a que está vinculada.

Para ela, a inflação apresenta-se no caso brasileiro como um fenômeno solidário com o seu modelo histórico de desenvolvimento. Uma de suas preocupações é mostrar como evoluiu a inflação como mecanismo de apóio à expansão industrial.

Num primeiro momento (início do processo de substituição de importações), as modificações rápidas e profundas do aparelho produtivo provocaram uma demanda crescente por recursos financeiros, sem que houvesse um desenvolvimento paralelo da estrutura financeira (bastante simples no modelo primário-exportador) capaz de captar os fluxos necessários de poupança e de transferi-los, por forma concentrada, aos vários setores que lideravam o processo de expansão. A inflação aparece aí como um mecanismo de financiamento que, mediante tensões crescentes, mobiliza e sanciona a acumulação de capital.

Num segundo momento (momento de transição), quando o processo de substituição de importações perdeu impulso como autogerador de mercado, a inflação conseguiu ampliar a capacidade produtiva, garantindo às empresas uma taxa de lucro artificial e ilusória. Mas, deixando de ser um mecanismo real, entrou em disfunção, possibilitando a aceleração de tensões sociais.

Em resposta a tal situação veio a tentativa de uma política de estabilização (1963-1967), comprimindo-se a renda urbana disponível e a expansão do setor público.

As contrações do crédito oficial aliado à insuficiência da demanda, levaram as empresas a atuar na defensiva. As soluções se deram ao nível de: financiamento das vendas por financeiras privadas; reconversão paulatina dos próprios recursos; fusão dos grupos. Tudo isso levou ao aprofundamento do capital financeiro.

Nesse contexto, aumentou a competição entre as empresas e deu-se a expulsão do mercado das empresas de menor solidez financeiro. O mercado tornou-se cada vez mais oligopólio (aliança das maiores firmas industriais com as financeiras) aumentando o grau de desnacionalização das atividades urbanas (empresas de maior solidez são as de capital estrangeiro).

Maria da Conceição Tavares afirma; “tudo indica que o reinado do capitalismo financeiro está a caminho para permitir ao sistema um maior grau de flexibilidade na utilização intra e intersetorial de seus recursos; até lá a inflação, agora devidamente sob controle é ainda o grande mecanismo de defesa contra a estagnação” (pg. 152).

No terceiro ensaio, *Além da Estagnação*, escrito com a colaboração do economista J. Serra, aparecem bastante cristalizadas as novas linhas de interpretação da autora.

A primeira parte refere-se a uma crítica às teses estagnacionistas, tomando-se como ponto de referência as análises de Celso Furtado (Desenvol-

vimento e Estagnação na América Latina: um Enfoque Estruturalista), e ainda uma interpretação do processo de crise e recuperação da economia em meados da década passada.

Na segunda parte são caracterizados alguns elementos do novo estilo do recente desenvolvimento econômico brasileiro.

A autora considera que “uma consequência importante da aceitação da tese de estagnação secular é prejudicar a compreensão da dinâmica atual do capitalismo nas economias mais avançadas da região. A convicção de que o capitalismo não avança ou que, muito em breve, deixará de fazê-lo leva ao desinteresse pelas análises de sua operação e expansão que seriam imprescindíveis como ponto de partida para todos aqueles que se propõem a promover ou apressar a sua substituição” (pg. 159).

Dessa forma, a crise que acompanha o esgotamento do processo de substituição de importações é vista como uma situação de transição a um novo esquema de desenvolvimento capitalista “Este pode apresentar características bastante dinâmicas e ao mesmo tempo reforçar alguns traços do “modelo” substitutivo de crescimento em suas etapas mais avançadas, ou seja, a exclusão social, a concentração espacial, bem como o atraso de certos subsetores econômicos quanto aos níveis de produtividade” (pg. 157) (como se observa, estas colocações se apresentam dentro de uma nova interpretação).

No modelo de análise de Celso Furtado, a estagnação é explicada em virtude da perda do dinamismo do processo de substituição das importações e o problema central reside na estrutura de demanda e na distribuição da renda. A industrialização não tendo resolvido o problema da distribuição da renda, altamente concentrada, não conseguiu criar um mercado socialmente integrado. A demanda ficou restrita aos grupos de altas rendas.

A partir das reformulações de suas análises, a autora considera que — marginalidade, desemprego, estrutural, infraconsumo, não constituem em si mesmos, nem necessariamente, problemas fundamentais para a dinâmica econômica capitalista, ao contrário do que ocorre com problemas relacionados com a absorção de poupanças e oportunidades de investimentos.

O processo brasileiro, embora se desenvolva de modo crescentemente desigual, conseguiu estabelecer um esquema que lhe permite autogerar fontes externas de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo. Enquanto o capitalismo se desenvolve, a nação, a maioria da população permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande parte, devido ao tipo de dinamismo que o anima.

São criticadas as categorias que Celso Furtado utiliza para demonstração de suas teses. Para a autora, a relação produto/capital, é uma categoria resultado e não permite explicar a dinâmica de uma economia capitalista.

Nas considerações sobre as medidas tomadas para a superação da crise, aponta-se como a de maior importância a redistribuição da renda pessoal (para resolver os problemas da demanda), nas camadas médias e altas, aumentando-se a relação excedente/salário pela compressão, até mesmo absoluta das remunerações à massa dos trabalhadores menos qualificados.

Ao indicar, na segunda parte do ensaio, os traços do desenvolvimento recente do capitalismo brasileiro, afirma a autora que “as possibilidades de expansão se deram devido a uma “adequada” adaptação às novas formas de dependência (tecnológica e financeira)”.

A acumulação, a incorporação e a difusão do progresso técnico, as tendências à concentração, são os aspectos do desenvolvimento analisados no ensaio. É importante marcar alguns pontos dessa análise:

O acelerado processo de modernização provocou um alto grau de heterogeneidade (não mais caracterizado em termos de dualismo) sem o entorpecimento da sua dinâmica. Nesse processo de modernização coexistem altas taxas de incorporação, expulsão e marginalização, e tais tendências não se revelaram contraditórias com a expansão.

“Embora tenha-se ampliado a base econômica do conflito de classes, vem-se desenvolvendo muito lentamente nas massas a correspondente capacidade de pressionar por suas reivindicações, seja pela força da coerção que sofrem, seja por seu baixo nível de organização. Também neste sentido o Brasil constituiu uma exceção em relação aos demais países com um grau comparável de desenvolvimento capitalista” (pg. 194).

Outro aspecto importante da análise refere-se à demonstração, através de tabelas de distribuição da renda em 1970, de que se verifica uma maior taxa global de desigualdade e uma maior concentração na cúpula com relação aos períodos anteriores. Isto é utilizado para provar o equívoco sobre o estreitamento relativo do mercado como suporte da tese de estagnação.

O quarto ensaio *Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente*, foi apresentado em seminário sobre “Mercado de Capitais e Desenvolvimento Econômico” realizado no Rio de Janeiro em 1971. A apresentação de sua tese provocou grande impacto em meio à euforia do mercado de capitais, na medida em que demonstrava suas contradições.

Sua intenção, ao escrever tal ensaio, foi a de mostrar o papel do setor financeiro no processo de desenvolvimento recente que visa a recuperação e crescimento acelerado. A mostrar, ainda, o caráter contraditório do capitalismo financeiro no Brasil.

Em tese, o mercado de capitais deveria se destinar a aumentar a taxa de poupança-investimento da economia. É sua realização nesse sentido que é contestado neste estudo.

O extraordinário clima de euforia do mercado de capitais no 1º semestre de 1971 é visto como resultado dos altíssimos lucros obtidos nas operações de lançamento das ações e na especulação desenfreada que se estabeleceu na intermediação entre o mercado primário e o secundário antes que as ações chegassem à bolsa. “Esse clima vem forçando uma valorização excessiva dos títulos que pode dar lugar a perturbações graves no mercado de capitais...” (pg. 233).

O problema da instabilidade estrutural do processo de expansão financeira não é explicado apenas pela divergência de ritmos de acumulação entre ativos reais e financeiros, mas pelo caráter recorrente do processo em curso que tende a uma redistribuição contínua do excedente em favor da órbita financeira, a qual, se for mantida além de suas possibilidades reais de sustentação, pode provocar uma ruptura crítica da expansão econômica. A autora considera que, para evitar essa ruptura é necessário diminuir a especulação, forçando uma maior centralização do capital financeiro, mediante a qual as grandes agências financeiras possam controlar o lançamento de novos títulos na bolsa, possam intervir na manipulação das operações financeiras e possam promover a canalização de recursos para os setores com maiores oportunidades de investimento.

A partir disso haveria uma maior integração entre os planos real e financeiro que permitiria a reconversão do capital financeiro em capital produtivo, adequado a uma aceleração da taxa real da poupança-investimento.

Coloca-se ainda que essa tão conveniente integração não depende apenas da centralização do capital, mas também, de uma profunda reorganização da estrutura oligopólica vigente, bem como de uma acentuada modificação no estilo de crescimento recente da economia.

Comparando o significado do capitalismo financeiro do Brasil com o dos países centrais, mostra como nestes o capitalismo financeiro representou uma etapa avançada do desenvolvimento das forças produtivas internas enquanto naquele corresponde a uma tentativa de readaptação da estrutura oligopólica às novas regras do jogo econômico-financeiro internacional.

A competição entre as grandes empresas monopólicas internacionais pela conquista de novos mercados levou ao surgimento de novas formas de organização empresarial em conglomerados que adquirem, muitas vezes, caráter multinacional.

A fusão de interesses de grupos industriais, financeiros e comerciais de distinta procedência que se está processando agora no Brasil, e que permite uma maior internacionalização da empresa produtiva brasileira mediante novas formas de associação promovidas pelo capital financeiro, corresponde a um arranjo da estrutura oligopólica interna para adaptar-se às novas regras do jogo internacional.

Desses aspectos do capitalismo financeiro do Brasil, a autora conclui que a introdução de uma etapa de capitalismo financeiro no país não parece resolver os problemas do capitalismo brasileiro. “Parece, sim, favorecer uma maior “abertura” no sentido de internacionalização de certos setores até há pouco predominantemente nacionais ou voltados para o mercado interno. Nas atuais condições de desenvolvimento dependente, e mantido o caráter concentrador do modelo, é difícil ao Estado brasileiro afirmar uma hegemonia que resolva em termos “nacionais” os grandes interesses em jogo” (pg. 263).

“O próprio caráter competitivo dos vários grupos internacionais e a situação de crise econômica, podem dar, por algum tempo, a impressão de que o capitalismo de Estado seria hegemônico nas negociações para abertura de novas oportunidades de investimento. A forma de organizar a produção em grande escala e o controle dos mercados externos continuam porém, dependentes de decisões fora do controle do Estado brasileiro” (263).

Esta não é apenas uma colocação de Maria da Conceição Tavares, mas em geral a de vários economistas antimodelo, que procuram, através de suas análises, mostrar como o “milagre brasileiro” continua, cada vez mais, a depender do capitalismo estrangeiro e como o centro de decisões se transfere para o exterior.

Além da grande contribuição ao entendimento do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, deve-se acentuar um outro mérito da autora que reside no fato de que suas preocupações não se limitam apenas ao campo da economia política. Procura participar de um debate sobre problemas teóricos que afligem, especialmente, os cientistas sociais.

Uma das críticas que alguns sociólogos fazem ao pensamento estrutural cepalino refere-se às análises de desenvolvimento/subdesenvolvimento a partir de caracterizações econômicas. Para eles, tratam-se de categorias históricas, devendo-se, portanto, tomar em conta os diferentes níveis da realidade (econômico, social, político, ideológico, etc.) numa tentativa de análise totalizante.

Maria da Conceição Tavares considera que o problema assim colocado simplifica a questão e escamoteia as dificuldades de uma análise teórica ou de pesquisa empírica.

Embora reconheça a insuficiência de uma análise de economia política sem um exame paralelo dos outros níveis da realidade (o político, por exemplo, que permite entender o papel do Estado), coloca que o maior problema da teoria está na dificuldade, quase impossibilidade histórica de que um esforço de totalização possa ser resolvido antes que as determinações do sistema se encontrem configuradas.

“O avanço científico não pode prescindir, pois, de análises parciais e claramente delimitadas em seu recorte do real. Isso não significa abrir mão de

uma tentativa integradora, nem tampouco uma proposta de passar ao “cientifismo” (pg. 24).

MARIA HELENA R. CAPELATO

* * *

*

SINGER (Paul Israel). — *O “milagre brasileiro”: causas e consequências*. São Paulo, CEBRAP, 1972.

“Em economia não há milagres”. Talvez essa frase sintetize a tese central do economista Paul Singer no seu trabalho *O “milagre brasileiro”: causas e consequências*, publicado no caderno nº 6 do Centro Brasileiro de Planejamento (Cebrape), de 1972.

Em 81 páginas o economista faz uma análise geral do fenômeno dos “milagres” no capitalismo contemporâneo, destacando, de início, o seu caráter eminentemente político: “É bastante claro que os “milagres econômicos” têm sobretudo caráter político. Eles são promovidos através dos meios de comunicação de massa para popularizar determinados aspectos da política econômica, aos quais se atribui grande eficácia na promoção do crescimento. Não obstante, é inegável que as economias “milagrosas” de fato apresentam ou apresentaram elevadas taxas de crescimento e por períodos relativamente longos. É este aspecto que torna o desempenho destas economias excepcional, no quadro atual e histórico do capitalismo... Quando a economia de um país consegue sustentar taxas elevadas de crescimento por um prazo algo mais longo (10 anos ou mais), o fato requer alguma explicação específica, o que permite (quando há interesse nisso) a proclamação de um “milagre”.

Para o autor por mais planejado e monopolizado que o capitalismo atual se tenha tornado, as decisões básicas, que determinam a vida econômica ou, mais especificamente, a reprodução do capital, continuam sendo adotadas, de forma descentralizada, em obediência a indicadores de mercado. Assim, o que caracterizaria o capitalismo monopolista contemporâneo não é a capacidade de prever todas as repercussões relevantes de uma aceleração do crescimento, a qual se apresenta de forma diferente em cada lugar e em cada momento, mas o fato de possuir mecanismos políticos de controle que permitem corrigir os piores desequilíbrios, decorrentes da anarquia do mercado, mecanismos que em certas circunstâncias exigem a paralisação do crescimento ou, ao menos, sua desaceleração.

Na primeira parte, Singer examina as consequências do crescimento capitalista da economia no setor de bens de produção (Departamento I, para o autor) que será estimulado pela procura de produtos de bens de consumo

(Departamento II). Analisa também o papel da publicidade criando necessidades de maneira a não permitir a saturação das necessidades dos consumidores. Para o autor, a interferência do Estado nesse mecanismo, através da manipulação dos meios de pagamento, assume grande importância. “Na realidade, os mecanismos de promoção do consumo soem funcionar com estupenda perfeição (dai a “sociedade de consumo”) tornando a acumulação relativamente insuficiente, o que tende a desencadear forte demanda de crédito. *Neste ponto o Estado entra em cena.* Controlando o crédito, isto é, a oferta de meios de pagamento, o Estado pode expandi-lo criando condições para um surto inflacionário, o qual tem por função primordial transferir renda dos indivíduos com rendimentos fixos (assalariados sobretudo) para as empresas, cujos lucros aumentam, crescendo em consequência a poupança institucional (lucros retidos) e, portanto, a acumulação. Neste caso, o crescimento se acelera graças a (ou às custas de) certa inflação. Se o Estado negar-se a expandir o crédito, a escassez de oferta de poupança faz com que se eleve a taxa de juros, o que cria a inflação reprimida.

Paul Singer mostra toda a complexidade do fenômeno inflacionário dentro de uma economia em crescimento de acordo a situação do país onde ocorre o fenômeno.

Na segunda parte faz uma análise dos “milagres” alemão e japonês. Começa mostrando os pontos em comum dessas duas economias para depois isolar as características de cada uma.

A causa principal do “milagre” alemão para o autor, o excepcional crescimento da produtividade, que supera em muito o aumento dos salários, fenômeno tornado possível graças à emigração de alemães orientais para a zona ocidental, atraídos pelos altos salários pagos aos trabalhadores especializados no Leste.

Nas vésperas da instituição do Mercado Europeu, a Alemanha Ocidental dispunha de uma força de trabalho mais barata que os demais participantes, exceto à Holanda, sendo equivalente à da Itália, com uma produtividade das mais elevadas.

Quanto ao “milagre” japonês que Singer considera como ainda não plenamente consumado, o desnível entre custo e produtividade também é apontado como fator fundamental.

Ao citar uma observação de Victor Lemounier sobre o “milagre” nipônico, o autor deixa implícita a distinção que faz entre crescimento e desenvolvimento econômico.

Além da abundância de mão-de-obra como explicação do baixo nível salarial japonês, ressalta também a sobrevivência de relações de produção pré-capitalistas no seio mesmo da indústria moderna. Por exemplo, 90% dos sin-

dicatos são por empresas e dessas, 75% têm menos de 100 operários, 40% menos de 10; 40% da população ativa é feminina e seu salário médio corresponde a 2/5 do masculino.

Ao finalizar sua apreciação sobre o caso japonês, Singer prognostica que se a pressão salarial se mantiver, somada à perda da competitividade dos produtos japoneses no mercado mundial, devido à valorização do *Yen*, é possível que já estejamos assistindo ao fim do “milagre” japonês.

Comparando o desempenho da economia brasileira nos últimos anos com as da Alemanha e do Japão, Singer afirma que a intensa propaganda interna do “milagre” brasileiro seria quase ridícula (apenas quatro anos de crescimento acelerado), não fosse o fato desse crescimento estar vinculado à contenção da inflação.

Ao examinar as origens da inflação brasileira o autor concorda com a tese segundo a qual, após 1930 a acumulação interna do capital foi institucionalmente orientada para que uma parte crescente do excedente global produzido pela economia se encaminhasse às atividades ligadas ao mercado interno. Para isso os produtos importados tiveram seu preço aumentado e como os preços dos produtos agrícolas também estavam sendo mantidos, o resultado foi a inflação. O autor mostra a inflação em marcha ascendente, juntamente com a produção industrial, a partir de 1933.

Não há dúvida que boa parte do excedente acumulado pela indústria foi produzida pela agricultura e transferida aos empresários industriais, devido a forma das relações de intercâmbio entre campo e cidade.

O período após a Segunda Guerra Mundial reveste-se de importância porque se constituiu numa espécie de ensaio geral do “milagre” de hoje.

A fase imediatamente anterior (1940 a 1946) marca o início dos investimentos públicos em obras de infra-estrutura e na indústria de base, cujo financiamento é feito mediante emissões, com efeito inflacionário. A partir de então não apenas transfere recursos dos consumidores, principalmente assalariados, aos empresários mas também ao Estado que assume funções empresariais em áreas que exigem investimentos em larga escala fora do alcance da empresa privada.

Abundante legislação trabalhista foi baixada na década de 30 e início dos anos 40, mas foi ignorada pela maioria dos empresários e assalariados. Terminada a guerra, a exigência do cumprimento das disposições legais trabalhistas se impôs, amparada numa maior autonomia sindical, decorrente da liberalização política. É lógico que o impacto do aumento do custo da força de trabalho fosse repercutir nos preços e que a elevação do custo de vida consequente viesse a fundamentar novas reivindicações salariais.

No “ensaio geral” durante o governo Dutra, a política de repressão contra o movimento sindical e as correntes de esquerda tem o objetivo principal de manter o salário-mínimo no mesmo nível de 1943, cortando assim a espiral preços-salários. Junto ao rebaixamento do valor do trabalho, concorreu favoravelmente com essa política anti-inflacionária, uma situação geral bastante favorável ao Brasil no mercado mundial.

As eleições de 1950 constituem uma clara demonstração do descontentamento popular com a política de contenção inflacionária com o retorno de Vargas ao poder. Esse período é marcado por uma retomada do movimento sindical.

O desafio representado pelas greves e pelas maiorias eleitorais alcançadas por candidaturas populistas — Getúlio no plano nacional, Jânio em São Paulo — não incorporava, porém, um projeto de como reestruturar a sociedade e desenvolver a economia. Era um desafio em disponibilidade que poderia ser aproveitado, como acabou sendo, por um ou outro dos grupos dominantes, capaz de encampar as reivindicações econômicas das massas, fundindo-as com seus próprios objetivos. O desenvolvimentismo de Juscelino foi a tentativa mais completa disso.

A nova eclosão inflacionária resultou da tentativa, de Getúlio, de combinar duas metas: redistribuir a renda e substituição dos meios de produção (bens intermediários e de capital).

O período posterior a Getúlio é visto como de abertura ao capital estrangeiro.

O autor salienta que a corrente desenvolvimentista podia ter optado pela política de utilizar capitais estrangeiros como fonte de financiamento (como ocorreu de 1955 a 1961) em vez de facilitar-lhes condições para investimentos diretos. Essa opção das classes dirigentes por investimentos diretos tem, para o autor, razões complexas. Singer levanta a hipótese de que a necessidade de implantar grandes escalas de produção, absorvendo em bloco imensas quantidades de recursos, requeresse uma estrutura empresarial muito mais concentrada e burocrática do que aquela que o país dispunha então, o que deixava como única alternativa ao conglomerado estrangeiro, a empresa estatal. O empresário brasileiro parece ter acreditado que teria maior campo de manobras entre as sucursais dos conglomerados e sociedades mistas. As decisões fatais foram tomadas entre 1953 e 1956 e a industrialização brasileira tomou novos rumos.

A contenção do consumo, para a acumulação necessária ao desenvolvimento parecia só ser possível com a limitação dos salários urbanos, mas isso não era tarefa fácil já que os trabalhadores das cidades eram os grandes eleitores e o movimento sindical estava em ascensão. A volta à política de Dutra tornava-se impossível. A inflação foi a saída possível. As emissões foram maciças.

Ocorreu então “uma relação dialética entre inflação e democracia: quanto mais se acelerava a subida dos preços, tanto mais ampla e efetiva ia se tornando a participação popular no processo político e quanto mais se intensificava a mobilização popular tanto mais rapidamente aumentavam os preços”.

Tods as classes desejavam a contenção dessa situação, desde que não fosse às suas custas.

“Obviamente a crise inflacionária, que se agravava sem cessar de 1961 em diante, só poderia ser resolvida às custas de uma ou de outra das classes sociais em presença, já que não havia nem podia haver um consenso a respeito de uma justa repartição da renda”.

“No caso do Brasil, a consequência da injustiça distributiva, despertada não apenas mas sobretudo pela inflação, levou a anseios de “reformas de base” que, no limite, punha em questão o capitalismo”.

“O enfrentamento se deu em 1964, e a vitória coube às classes possuidoras”, assim o autor inicia sua interpretação do que chama “a solução da crise inflacionária”.

O congelamento salarial foi a “pedra angular” da política financeira dos ministros Bulhões e Campos entre 1964 e 1967. “Usaram-se os instrumentos tributários, creditícios e monetários clássicos no sentido de refrear a inflação, com os resultados que seriam de esperar...”. Os efeitos depressivos dessa política ortodoxa na contenção eram inevitáveis.

O arrocho, no entanto, não se fez sentir igualmente e simultaneamente, sobre todos os níveis salariais, mas seletivamente, atingindo de modo muito mais grave os assalariados menos qualificados cujo nível de ganhos dependia, em maior grau, do poder de barganha da classe em conjunto. Assim, Singer chega à conclusão que “o liberalismo econômico no mercado de trabalho só foi possível à custa da redução drástica do liberalismo político”.

Outro fator explicativo do milagre é a manutenção do salário mínimo real a um nível reduzido, mais ou menos próximo ao fixado em 1944.

A retomada do crescimento, o florescer do “milagre” a partir de 1967 deve-se à decisão da equipe de Costa e Silva de não provocar novas recessões uma vez que a contenção do ritmo inflacionário já tinha sido suficiente.

O *boom* iniciado em 1968 teve por causa básica uma política liberal de crédito que encontrou a economia, após varios anos de recessão, com baixa utilização da capacidade produtiva, taxas relativamente altas de desemprego e custo reduzido de mão-de-obra de pouca qualificação. A isso deve ser aduzido uma elevada propensão a consumir das camadas de rendas elevadas. O crescimento bastante rápido que se verificou foi a resposta natural da economia a estas condições.

Entretanto dois perigos ameaçam, segundo o autor o *boom* iniciado em 1968: a inflação que poderia se acentuar e a demanda corre o risco de esmorecer devido a rigidez da estrutura de repartição de renda. Essas ameaças estão até agora sob domínio dos dirigentes brasileiros.

“A experiência brasileira mostra, na verdade que condições políticas são requeridas para que a política monetarista de regulação da conjuntura possa ter exito”.

Singer destaca ter havido por parte dos centros financeiros internacionais uma grande “boa vontade” com o governo instaurado depois de 1964. Tornou-se facil levantar empréstimos e financiamentos no exterior.

O economista ressalta que para a continuidade do “milagre” brasileiro, a expansão das exportações é vital na medida precisa em que a economia se abre, inserindo-se o Brasil na divisão internacional de trabalho como fornecedor de matérias-primas, produtos semi-elaborados e bens industrializados de consumo, e como importador de máquinas e equipamentos, pois deste modo o circuito da metamorfose do capital (mercadoria — moeda — meios de produção) se estende cada vez mais ao mercado externo. O que aduz mais uma razão para a política de contenção salarial, já que a competitividade de nossos produtos no exterior tem uma de suas bases no baixo custo da força de trabalho.

No final do trabalho o autor faz a pergunta: *O Milagre Brasileiro: até quando?* Partindo do pressuposto de que em economia não existem “milagres”.

Demonstra que com o advento da moeda administrativa a autosufocação das economias em crescimento, devido a sua própria aceleração, deixou de ser uma contradição insolúvel.

Finalmente, o autor arrisca um prognóstico sobre a vitalidade do “milagre” brasileiro, chegando à conclusão que ele está na dependência estrita de dois fatores, um de ordem interna e o outro, externo. O primeiro diz respeito às tensões sociais acumuladas em consequência de um afastamento cada vez maior das camadas de não-qualificados da participação na riqueza; o segundo, ligado à possível perda da hegemonia por parte dos Estados Unidos sobre os demais sub-sistemas, o que poderia desencadear uma nova etapa de lutas interimperialistas, provocando um refluxo de capitais para as metrópoles e desorganizando as economias periféricas. Não obstante, Singer acha que não se deve exagerar a importância da eventual crise internacional, uma vez que a economia brasileira está baseada essencialmente no mercado interno. Nessas condições, é muito mais crítico o papel que atribui às tensões sociais internas, que poderão, mais tarde, colocar em questão a atual liberalização do mercado de trabalho.



FOUCAULT (Michel). — *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Revisão de Lígia Vassalo. Petrópolis — Vozes. Lisboa — Centro do Livro Brasileiro. 1972, p. 9-79.

I

Introdução.

A atenção dos historiadores já não está, como antigamente, voltada para histórias cheias de reviravoltas do governo, de guerras e de fomes. Os níveis da análise se multiplicaram. Temos agora, por exemplo, a história do trigo, a história do ouro, etc. Também as velhas questões da análise tradicional foram substituídas por novas interrogações, tais como: Quais estratos é preciso isolar uns dos outros? Quais tipos de séries instaurar? Quais critérios de periodização adotar para cada uma delas?, etc.

Em todos os “tipos” de histórias, ao contrário, das vastas unidades que se descreviam como “épocas” ou “séculos”, a atenção se deslocou para fenômenos de ruptura. Procura-se agora destacar a incidência das interrupções. O estatuto e a natureza destas interrupções são bastante diversas:

1. Atos e limiares epistemológicos (descritos por G. Bachelard):
 - suspendem o acúmulo indefinido de conhecimentos;
 - quebram sua lenta maturação e fazem-nos entrar em um tempo novo;
 - afastam-nos de sua origem empírica e de suas motivações iniciais;
 - purificam-nos de suas cumplicidades imaginárias.

Prescrevem desta forma a análise histórica, a demarcação de um tipo novo de racionalidade e de seus efeitos múltiplos.

2. Deslocamentos e transformações dos conceitos (tomando como modelo as análises de G. Canguilhem):

— mostram que a história de um conceito não é, em tudo e por tudo, a de sua precisão progressiva, de sua racionalidade continuamente crescente, de seu grau de abstração, mas a de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, dos meios teóricos múltiplos e que prosseguiu e se acabou sua elaboração.

Ainda segundo G. Canguilhem temos uma distinção entre escolas micro e macroscópicas da história das ciências, onde os acontecimentos e suas consequências não se distribuem da mesma forma. As redistribuições recorrentes fazem aparecer vários passados, de modo que as descrições históricas se ordenam necessariamente pela atualidade do saber, multiplicam-se com suas transformações e não deixam, por sua vez, de romper com elas próprias.

Para M. Guérout nas *Unidades arquitetônicas dos sistemas* é necessária a descrição dos axiomas, das cadeias dedutivas, e das compatibilidades.

Por fim o mais importante, são os cortes efetuados por um trabalho de transformação teórica, quando ele “funda” uma ciência destacando a ideologia de seu passado e revelando-lhe este passado como ideológico. Numa análise literária por exemplo, é necessário considerar a estrutura própria a uma obra, um livro ou um texto. O problema não é mais da tradição e do rastro, mas do recorte e do limite; não é mais o do fundamento que se perpetua e sim o das transformações que valem como o fundar e o renovar das fundações.

Abre-se então todo um campo de questões, que significa em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, etc., que parece multiplicar as rupturas e buscar a continuidade em todas as direções, enquanto que a história propriamente dita, parece apagar, em benefício das estruturas sem labilidade, a irrupção dos acontecimentos.

No fundo temos os mesmos problemas de ambos os lados mas que, na superfície, provocaram efeitos inversos. Estes problemas podem ser reunidos na “crítica do documento”. O documento não é mais para a história uma matéria inerte. Agora seu interior é trabalhado, sendo necessário elaborá-lo. Em resumo, a história do passado “memorizava” os monumentos do passado, transformando-os em documentos; atualmente a história transforma os documentos em monumentos. Antes, entre fatos ou acontecimentos datados, sendo dada a série, tratava-se de precisar a vizinhança de cada elemento. Atualmente o problema é constituir séries, isto é, definir para cada uma seus elementos, fixar-lhes os limites, etc. É necessário constituir séries de séries.

Outra consequência é que a noção de descontinuidade toma um lugar maior nas disciplinas históricas. Tornou-se ele agora, um dos elementos fundamentais da análise histórica. Tem triplo papel:

1. — operação deliberada do autor;
2. — é também o resultado de sua descrição;
3. — é o conceito que o trabalho não deixa de especificar.

Uma terceira consequência é que o tema e a possibilidade de uma história global começam a se apagar e vê-se esboçar algo que pode ser chamado de história geral.

O projeto de uma história global está ligado a duas ou tres hipóteses:

1. — Supõe-se que entre todos os acontecimentos de uma área espaço-temporal bem definida, deve-se poder estabelecer um sistema de relações homogêneas, ou seja, rede de causalidade que permita derivar de cada um deles relações de analogia que mostrem como eles se simbolizam uns aos outros, ou como exprimem todos um único e mesmo núcleo central.

2. — Supõe-se também que uma única e mesma forma de historicidade prevaleça sobre as estruturas econômicas, as estabilidades sociais, a inércia das mentalidades, os hábitos técnicos, o comportamento políticos, e submetem-se todos ao mesmo tipo de transformação.

3. — Supõe-se que a própria história pode ser articulada em grandes unidades — estágios ou fases — que detêm em si mesmas seu princípio de coesão.

Última consequência: a história nova reencontra um certo número de problemas metodológicos (talvez já preexistentes), mas cujo feixe agora a caracteriza. Temos entre eles: a constituição de corpos coerentes e homogêneos de documentos; o estabelecimento de um princípio de escolha; a definição do nível de análise e dos elementos que lhe são pertinentes; a especificação de um método de análise; a delimitação dos conjuntos e dos subconjuntos que articulam o material estudado; a determinação das relações que permitem caracterizar um conjunto. Todos estes problemas vão fazer parte de agora em diante, do campo metodológico da história.

O primeiro momento desta mutação epistemológica remontaria a Marx. Porém seus efeitos demoraram, pois parece haver um certo medo de pensar o Outro no tempo do nosso próprio pensamento.

Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de toda a prática são as duas faces de um mesmo sistema de pensamento. O tempo é aí concebido em termos de totalização e as revoluções jamais passam aí de tomadas de consciência.

Foi uma preocupação constante desde o século XIX, salvar, contra todos os descentramentos, a soberania do sujeito. Contra o descentramento operado por Marx — pela análise histórica das relações de produção, das determinações econômicas e da luta de classes — deu lugar, no final do século XIX, à procura de uma história global, em que todas as diferenças de uma sociedade poderiam ser conduzidas a uma forma única. É possível opor a história à “estrutura”, tendo em vista que a questão das descontinuidades se coloca em todas as disciplinas históricas?

O que realmente se lamenta é o uso ideológico da história pelo qual se tenta restituir ao homem tudo o que, há mais de um século, não deixou de lhe escapar.

É através do perfil que tenta-se medir as mutações que se operam em geral no domínio da história (linha esta traçada imperfeitamente nas obras anteriores de Foucault).

Esta obra de Foucault não pretende fazer debates sobre a estrutura, mas tratar de questões referentes ao ser humano, a consciência, a origem, e do sujeito.

•
II

As Regularidades Discursivas.

I. — *As unidades do discurso.*

O emprego dos conceitos de descontinuidade, de ruptura, de limiar, etc., coloca, a qualquer análise histórica, não somente questões de procedimento, mas também questões teóricas. Estas últimas serão tratadas neste capítulo. Será tomado ainda, apenas em um campo particular, o da história das idéias. É necessário também libertar o tema da continuidade do jogo de noções que a diversificam (sua função é precisa). Exemplo: a noção de tradição, de influência, de transmissão, de repetição, etc. Em suma, é preciso repor em questão essas sínteses acabadas, deslojando essas forma obscuras pelas quais se tem o hábito de ligar entre si os discursos dos homens.

É preciso, em primeiro plano, cuidar apenas de uma população de acontecimentos dispersos. É preciso notar também a existência de certos recortes ou agrupamentos. Esses recortes são sempre eles próprios categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são por sua vez, fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros; têm certamente, relações complexas, com eles, mas não são caracteres intrínsecos, autoctones e universalmente reconhecíveis. Temos então as unidades, que é preciso por em suspenso, mas que se impõe da maneira mais imediata: as do livro e da obra.

O livro tem uma individualização material, que ocupa um espaço determinado, que tem um valor econômico, e que marca por si mesmo, por um certo número de signos, os limites do seu começo e do seu fim. Entretanto existem dificuldades. Qual é a unidade material do livro? Não será esta unidade fraca e acessória em relação à unidade discursiva que ela apóia? E essa unidade discursiva, será homogênea?

A unidade do livro é variável e relativa. Ela só se constrói a partir de um campo complexo de discursos.

Quanto a obra, já a sua própria denotação não é uma função homogênea. A sua constituição completa supõe um certo número de escolhas que não é fácil justificar ou formular. Para chegar-mos a alguma conclusão sobre a própria função de expressão, faz-se preciso uma operação interpretativa. A obra não pode ser considerada nem como unidade imediata, certa ou homogênea.

Como última precaução é preciso tirar do campo de ação as continuidades irrefletidas, pelas quais se organizam, os discursos que se pretende analisar:

renunciar a dois temas que estão ligados um ao outro, e que se opõem. Temos então que:

1. — jamais seja possível assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro.

2. — todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já dito. É preciso pois, manter em suspenso formas prévias de continuidade, mostrar que elas não se justificam por si mesmas.

O primeiro motivo destina a análise histórica do discurso a ser busca e repetição de uma origem que escapa a toda a determinação histórica; o outro a destina a ser interpretação ou escuta de um já dito que seria ao mesmo tempo um não-dito.

Não é preciso procurar a origem do discurso, mas sim acolher a cada um dos seus momentos. É preciso manter em suspenso, essas formas prévias de continuidade, pois elas não se justificam por si mesmas.

Deveremos pois sempre tomar a “obra”, o “livro”, a “ciência” ou a “literatura” como ilusões; ou construções sem legitimidade? Faz-se necessária uma teoria, e esta não pode ser feita, sem que apareça, em sua pureza não sintética, o campo dos fatos de discurso a partir do qual são constituídos.

Tomar-se-á como marco inicial unidades inteiramente dadas (medicina, economia, política, etc.). Será verificado apenas que unidades formam e com continuidade que as individualize no tempo. É necessário tratar primeiramente que direito podem reivindicar um domínio que as especifique no espaço e uma de uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral.

Aparece assim o projeto de uma descrição pura dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam. Essa descrição se distingue facilmente da análise da língua. Uma língua constitui sempre um sistema para enunciados possíveis: é um conjunto finito de regras que autoriza um número infinito de desempenhos.

O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito, e atualmente limitado, das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas. A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?

Nota-se pois, que essa descrição do discurso se opõe à história do pensamento. A análise do pensamento é sempre alegórica em relação ao discurso que ela utiliza.

A do campo discursivo é orientada de modo diferente:

a. — trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento;

- b. — de determinar as condições de sua existência;
- c. — fixar seus limites da forma mais justa;
- d. — estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado;
- e. — mostrar que outras formas de enunciação exclui.

A supressão sistemática das unidades inteiramente dadas permite, inicialmente, restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento e mostrar que a descontinuidade ocorre já no simples fato do enunciado. É preciso fazer aparecer em sua pureza o espaço em que se desenvolvam os acontecimentos discursivos para poder descrever nele e fora dele jogos de relações.

3. libertando-os de todos os grupamentos considerados como unidades naturais, imediatas e universais, temos a possibilidade de descrever outras unidades, mas dessa vez por um conjunto de decisões controladas. É preciso aí, aceitar um recorte provisório, tendo em vista que: o próprio recorte desse domínio não pode ser considerado como definitivo, nem como válido de forma absoluta; trata-se de uma primeira aproximação que deve permitir fazer aparecer relações que correm o risco de suprimir os limites desse primeiro esboço.

II. — *As formações discursivas.*

Nesta tentativa de descrever relações entre enunciados, decidiu-se o autor a descrever enunciados no campo do discurso e as relações de que são suscetíveis.

Surgem dois tipos de problemas:

- 1. — A utilização “selvagem” feita dos termos enunciados, acontecimento, discurso.
- 2. — as relações que podem ser descritas entre esses enunciados deixados em seu grupamento provisório e visível.

Mas surgem questões tais como: O que são unidades tais como medicina, gramática, etc? Como se desenvolveram? Que laços há entre elas?

1ª hipótese — os enunciados diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto se eles se referem a um único e mesmo objeto. Exemplo: a unidade do objeto “loucura” foi constituída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeava, recortava, descrevia, etc. Porém esse conjunto de enunciados está longe de se relacionar a um único objeto, pois este último se constitui numa multiplicidade. Coloca-se pois o problema de saber se a unidade de um discurso não é feita pelo espaço onde diversos objetos se perfilam e continuamente se transformam, e não pela permanência e singularidade de um objeto.

A unidade dos discursos sobre a loucura não estaria fundada na existência do objeto “loucura”, mas seria o jogo das regras que tornam possível, durante um período dado, o aparecimento dos objetos.

Em suma, definir um conjunto de enunciados no que ele tem de individual seria formular sua lei de repartição.

Segunda hipótese para definir, entre diversos enunciados, um grupo de relações: sua forma e seu tipo de encadeamento.

Pela primeira vez no século XIX, a medicina utiliza um mesmo vocabulário e um mesmo jogo de metáforas. Porém esta não estava se organizando somente numa série de enunciados descritivos. Mas que o discurso clínico era também um conjunto de descrições, além de ser um conjunto de hipóteses sobre a vida e a morte de escolhas éticas, de decisões terapêuticas, etc. E que este conjunto de descrições não podia ser abstraído destes outros, bem como a enunciação destes outros, bem como a enunciação descritiva não era senão uma das formulações presentes no discurso médico. Se há nisto unidade, o princípio não é pois, uma forma determinada de enunciados. Seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos.

Outra hipótese: não se poderia estabelecer grupos de enunciados, determinando-lhes o sistema de conceitos permanentes e coerentes que aí se encontram em jogo? Exemplo: a análise da linguagem e de fatos gramaticais não repousa nos clássicos, em um número definido de conceitos. Pode-se deste modo reconstituir a arquitetura conceitual da gramática clássica, porém logo encontraríamos limites. Surgiriam novos conceitos (podendo estes ser derivados, heterogêneos ou incompatíveis com os anteriores). É necessário admitir que a gramática só aparentemente constitui uma figura coerente, e que é uma falsa unidade esse conjunto de enunciados, análises, descrições, etc? Talvez se pudesse descobrir uma unidade discursiva se a buscássemos não junto à coerência dos conceitos, mas junto de seu afastamento e sua incompatibilidade. Não se buscaria então uma construção de conceitos suficientemente gerais e abstratos para dar conta de todos os outros e levá-los à mesma dedução, mas tentar-se-ia analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão.

4ª hipótese — para reagrupar os enunciados, descrever seu encadeamento e dar conta das formas unitárias sob as quais eles se apresentam: a identidade e a persistência dos temas.

Em “ciências” como a economia e a biologia pode-se supor um conjunto de discurso. Não se poderia pois, constituir como unidade tudo que constitui o tema evolucionista? Em temas deste tipo se supunha sempre mais do que dele se sabia, mas se forçava, a partir dessa escolha fundamental, a transformar em saber discursivo o que fora esboçado como hipótese ou como exigência.

Como outro exemplo, podemos tomar o tema fisiocrático. Esta idéia postulava além de qualquer demonstração e antes de qualquer análise, o caráter natural das três rendas fundiárias. A partir daí pode-se fazer duas constatações inversas e complementares. No caso da evolução, a mesma temática se

articula a partir de dois jogos de conceitos, dois tipos de análise, dois campos de objetos diferentes. Temos dois tipos de ordem que tornam coerente a evolução:

1. — antes do século XIX — apresentação de um quadro contínuo das espécies.

2. — depois do século XIX — a descrição de grupos descontínuos e análise das modalidades de interação entre um organismo em que todos os elementos são solidários em suas condições reais de vida.

No caso da fisiocracia, ao contrário, a escolha de Quesnay repousa exatamente sobre o mesmo sistema de conceitos que a opinião inversa sustentada pelos que se pode chamar utilitaristas. Então, a partir dos mesmos elementos podemos ter duas opções diferentes. Ao invés de procurar na existência desses temas os princípios de individualização de um discurso, é necessário ir buscá-los na dispersão dos pontos de escolha que deixa livres.

Ao perguntar em que se poderia fundar a unidade, por exemplo, da medicina, da economia ou da gramática, temos como resposta os “sistemas de dispersão”.

No caso em que se pudesse descrever, entre um certo número de enunciados, um sistema de dispersão, ou seja, definir uma regularidade, dir-se-á, por convenção, que se trata de uma formação discursiva. Chamar-se-á regras de formação às condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas).

As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma repartição discursiva dada.

III. — *A formação dos objetos.*

É necessário ver se podemos dar um conteúdo as “regras de formação” que aqui surgem. Será tomada inicialmente a formação dos objetos. Exemplo tomado = discurso da psicopatologia — século XIX.

Na psicopatologia podemos citar a atuação das agitações motoras, alucinações e discursos desviantes e ao lado destes surgiram alguns que se originavam de registros até então não utilizados: perturbações ligeiras de comportamento, aberrações e problemas sexuais, fatos de sugestão e de hipnose, lesões do sistema nervoso central, déficits de adaptação intelectual ou motora, criminalidade. Em cada um desses registros, múltiplos objetos foram nomeados. Qual a regra do seu aparecimento? Segundo que sistema não-dedutivo esses objetos puderam se justapor e se suceder para formar o primeiro campo? Qual foi seu regime de existência enquanto objeto de discurso?

a). — Primeiramente é necessário demarcar as superfícies de emergência (mostrar onde podem surgir) para que possam em seguida ser designadas e analisadas essas diferenças individuais. Que segundo os graus de racionalização, os códigos conceituais e os tipos de teoria, vão receber o estatuto de doença, de alienação, de demência, de neurose, etc. Essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas, e nas diferentes formas de discurso. Provavelmente são constituídas pela família, grupo social, etc. É nos campos de diferenciação primeira (a arte com sua normatividade própria, sexualidade, a criminalidade) nas distâncias, continuidades e limiares que então se manifestam, que o discurso psiquiátrico encontra possibilidade de limitar seu domínio, de dar-lhe o estatuto de objeto, ou seja, de torná-lo descritível.

b). — Além disso são necessárias as instâncias de delimitação. Cabe a medicina nomear a loucura como objeto. Mas ela não foi a única nesse papel. Temos também a justiça penal, a autoridade religiosa, e a crítica literária e artística.

c). — Análise das grades de especificação: seria a forma de separar, classificar, reagrupar, etc., as diferentes “loucuras” como objeto do discurso psiquiátrico. No século XIX essas grades foram: a alma, o corpo, a vida e a história dos indivíduos, os jogos das correlações neuro-psicológicas.

Porém semelhante descrição é por si mesma ainda insuficiente, por dois motivos:

1). — os planos de emergência não fornecem, inteiramente constituídos, os objetos que o discurso da psicopatologia só teria em seguida que inventariar.

2). — esta enumeração demarcou vários planos de diferenciação em que os objetos do discurso podem aparecer, suscitando várias dúvidas. No fundo, estas duas séries de questões remetem ao mesmo ponto. Na psicopatologia (século XIX) surge toda uma série de objetos pertencentes ao registro da delinquência; o homicídio, crimes passionais, delitos sexuais, etc. O problema é saber o que tornou tais fatos possíveis e como essas “descobertas” puderam ser seguidas de outras que as corrigiram, anularam, etc.

Empregou-se no discurso psiquiátrico um conjunto de relações determinadas para que a conduta transgressora pudesse dar lugar a toda uma série de objetos de saber.

Relações: — entre planos de especificação como as categorias penais e os graus de responsabilidade diminuída e planos psicológicos de caracterização.

— entre a instância de decisão médica e a de decisão jurídica;

— entre o filtro constituído pela interrogação judiciária e o constituído pelo questionário médico, etc.

O discurso, no século XIX, caracteriza-se não por objetos privilegiados mas pela maneira pela qual forma seus objetos. Essa formação é assegurada por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação. Uma formação discursiva se define, se se pode estabelecer:

— como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra o seu lugar e sua lei de aparecimento;

— se se pode mostrar que ele pode dar origem simultânea ou sucessivamente a objetos que se excluem, sem que ele tenha que se modificar. Daí temos que:

1). — o objeto não espera “de modo visível” a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma objetividade. Ele não preexiste a si mesmo, mas existe sob as condições positivas de um feixe completo de relações;

2). — essas relações são estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, etc. Porém elas não estão presentes no objeto. Elas não definem a constituição interna deste, mas o que lhe permite aparecer.

3). — Essas relações se distinguem das relações “primárias” que podem ser descritas independentemente de qualquer objeto de discurso.

Temos também as relações secundárias que se podem encontrar formuladas no próprio discurso (exemplo: relações entre a família e a criminalidade). Assim se abre todo um espaço articulado de descrições possíveis: sistema das relações primárias ou reais, das relações secundárias ou reflexivas, das relações propriamente discursivas. O problema é fazer aparecer a especificidade dessas e seu jogo com as duas outras;

4). — As relações discursivas não são internas ao discurso, mas também não são relações exteriores. Elas estão de algum modo, no limite do discurso: oferecem-lhe objetos de que ele pode falar (suposição de que os objetos são formados de um lado e o discurso do outro) e determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos. Essas relações caracterizam o próprio discurso enquanto prática.

Pergunta-se pois que espécie de unidade poderia constituir a psicopatologia, a economia, a gramática, a medicina.

A unidade do discurso é procurada junto aos próprios objetos. No relacionamento que caracteriza a própria prática discursiva, descobriu-se um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade. Os discursos não mais devem ser tratados como conjuntos de signos, mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam.

IV. — *A formação das modalidades enunciativas.*

No século XIX, no discurso dos médicos podemos encontrar diversas formas de enunciados. Surgem então questões:

1. — Que encadeamento, que necessidade há de uns aos outros?
2. — Por que estes e não outros?
3. — De onde vêm todos estes enunciados e qual é a lei que os rege?

A). — A primeira questão é, quem fala? Quem está autorizado a ter esta espécie de linguagem. Qual é o estatuto dos indivíduos que têm o direito regulamentar ou tradicional de proferir semelhante discurso.

O estatuto do médico comporta critérios de competência e de saber. Comporta também um sistema de diferenciação e de relações com os outros indivíduos ou outros grupos que têm eles próprios seus estatutos, bem como um certo número de traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade.

O discurso médico não é dissociável da personagem estatutariamente definida que tem o direito de articulá-lo. Este estatuto foi profundamente modificado no final do século XVIII e início do século XIX quando a saúde das populações tornou-se uma das normas econômicas requeridas pela sociedade industrial.

B). — É também necessário descrever os lugares institucionais de onde o médico obtém seu discurso, e onde este encontra a sua origem legítima e seu ponto de aplicação. Esses lugares são: o hospital, a prática privada, o laboratório e a “biblioteca” ou o campo documentário. Esses diversos “lugares” de discurso médico foram profundamente modificados no século XIX: crescimento da importância do documento; o hospital torna-se local de observações sistemáticas e homogêneas; a prática médica cotidiana integrou o laboratório como local de um discurso que tem as mesmas normas experimentais que a física, química ou biologia.

C). — As posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos. O sujeito pode ocupar um lugar nas situações perceptivas, bem como, pode fazê-lo na rede das informações. As diversas situações que o sujeito do discurso médico pode ocupar foram redefinidas no início do século XIX. No discurso clínico todo um feixe de relações se encontra em jogo. Pode-se dizer pois, que o próprio relacionamento de elementos diferentes é efetuado pelo discurso clínico; sendo que o emprego de forma constante desse feixe de relações dá-lhe uma unidade. No discurso podemos buscar um campo de regularidade para diversas posições de subjetividade. O discurso assim concebido é um conjunto em que se podem determinar a dispersão do sujeito e sua descontinuidade consigo mesmo.

*

V. — *A formação dos conceitos.*

Talvez a série de conceitos que surgem na obra de Lineu possam se organizar em um conjunto coerente. Talvez se pudesse restituir a arquitetura dedutiva que ela forma. No entanto, se tomar-mos uma escala maior, o jogo de conceitos que vai surgir não obedece a condições tão rigorosas. Não se pode encontrar entre eles um sistema de ocorrência que não seja uma sistematidade lógica?

A). — Essa organização comporta, inicialmente, formas de sucessão. E entre elas, as diversas ordens de séries enunciativas; os diversos tipos de dependência dos enunciados; os esquemas retóricos segundo os quais se pode combinar grupos de enunciados.

É a modificação sofrida no século XVII que vai reger o aparecimento e a recorrência dos conceitos, para toda a História Natural, ou seja, a disposição geral dos enunciados e sua seriação em conjuntos determinados.

B). — A configuração do campo enunciativo comporta também formas de coexistência. Estas delineiam inicialmente um campo de presença; e neste, as relações instauradas podem ser da ordem da verificação experimental, da validação lógica, da repetição pura e simples, da aceitação justificada, do comentário, etc; essas relações podem ser explícitas ou implícitas e investidas nos enunciados ordinários. Distinto do campo da presença, podemos citar um campo de concomitância. (Enunciado referente a domínio de objetos inteiramente diversos com tipos de discursos totalmente diversos. Por fim temos o campo enunciativo que comporta o que se poderia chamar de um domínio de memória (são enunciados que não são mais nem admitidos, nem discutidos, mas em relação aos quais se estabelecem laços de filiação, transformação, continuidade e descontinuidade histórica, etc.).

C). — Pode-se definir os procedimentos de intervenção que podem ser legitimamente aplicados aos enunciados. Estes procedimentos não são os mesmos para todas as formações discursivas. Eles podem aparecer: nas técnicas de reescritura; em métodos de transcrição dos enunciados; os modos de tradução dos enunciados quantitativos em formulações qualitativas e reciprocamente; os meios utilizados para aumentar a aproximação dos enunciados e refinar sua exatidão; a maneira pela qual se delimita novamente — por extensão ou restrição — o domínio de validade dos enunciados; a maneira pela qual se transfere um tipo de enunciado de um campo de aplicação a outro; os métodos de sistematização de proposições já existentes, ou ainda, os métodos de redistribuição dos enunciados.

Mas a que pertence propriamente a sua formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos que lhe são específicos, é a maneira pela

qual esses diferentes elementos são relacionados uns aos outros. O feixe de relações assim constituído é que compõe um sistema de formação conceitual. A descrição de semelhante sistema não poderia valer por um a descrição direta e imediata dos próprios conceitos. Há um afastamento do jogo conceitual manifesto, ao mesmo tempo em que se faz uma tentativa de determinar segundo que esquemas os enunciados podem estar ligados uns aos outros em um tipo de discurso. Estes esquemas permitem descrever sua dispersão anônima através de textos. Tal análise diz respeito a um nível de certa forma pré-conceitual, ao campo em que os conceitos podem coexistir e às regras às quais esse campo está submetido.

Para se entender este “pré-conceitual”, será tomado o exemplo dos quatro “esquemas teóricos”, estudados em *Les Mots et les Choses*, que caracterizam, nos séculos XVII e XVIII, a Gramática Geral. São eles: atribuição, articulação, designação e derivação. Estes permitem descrever:

1). — Como podem-se ordenar e se desenrolar as diferentes análises gramaticais; e quais formas de sucessão são possíveis entre as análises do substantivo, do verbo e dos adjetivos, as que concernem à sintaxe, à língua originária, e as que projetam uma língua artificial.

2). — Como a gramática geral se define um domínio de validade, de normatividade, e de atualidade.

3). — Que relações a gramática geral mantém com a Mátese, com a análise filosófica, com a História Natural, etc. A rede constituída pelos quatro segmentos teóricos delinea o espaço regular de sua formação.

4). — Como foram possíveis simultânea ou sucessivamente:

— as diversas concepções do verbo *être*, da cópula, do radical verbal e da desinência (esquema teórico da atribuição);

— as diversas concepções dos elementos fonéticos, do alfabeto, do nome dos substantivos e dos adjetivos (esquema teórico da articulação);

— os diversos conceitos de nome próprio e comum, de demonstrativo, etc. (para o segundo teórico da designação);

— conceitos de linguagem ordinária de derivada, de metáfora e de figura, etc., (segmento teórico da derivação).

O nível “pre-conceitual” assim libertado não remete nem a um horizonte de idealidade nem a uma gênese empírica de abstrações. A questão é colocada ao nível do próprio discurso. A rede conceitual é descrita a partir das regularidades intrínseca do discurso. A organização de um conjunto de regras, na prática do discurso, pode ser determinada no elemento da história. O “pre-conceitual”, ao invés de delinear um horizonte que viria do fundo da história, é pelo contrário, ao nível mais “superficial” (dos discursos), o conjunto das regras que aí se encontram efetivamente aplicados.

Na análise que se propõe aqui, as regras de formação tem seu lugar não na “mentalidade”, mas no próprio discurso. Esses conjuntos de regras são demasiado específicos, em cada um destes domínios para caracterizar uma formação discursiva singular e bem individualizada. O campo pré-conceitual deixa aparecer as regularidades e coações discursivas que tornaram possível a multiplicidade heterogênea dos conceitos.

Para analisar, pois, a formação dos conceitos, não é preciso relacioná-los nem ao horizonte da idealidade, nem ao curso empírico das idéias.

LUISE BUNDY

* *
*

PRADO JUNIOR (Caio). — *História e Desenvolvimento*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1972.

Há várias opções para que se tente uma aproximação ou mesmo identificação entre a História e o Desenvolvimento. Dessa maneira, para uma contribuição da História à problemática do desenvolvimento brasileiro, podemos reconhecer, por exemplo, ser viável: 1. — um levantamento dos estudos de História que se voltaram especificamente ou mesmo de maneira genérica para o desenvolvimento do país; 2. — a verificação das conjunturas da História do Brasil, em que o desenvolvimento se processou de maneira mais perceptível e acelerada, procurando-se apurar as suas causas; 3. — em que a historiografia brasileira como tal, e portanto os seus historiadores, pode contribuir para a discussão e compreensão do desenvolvimento? e 4. — o que a História do Brasil, como conteúdo, pode oferecer para o estudo do desenvolvimento.

A nosso ver Caio Prado Júnior em seu último livro escolheu a quarta perspectiva, a que justamente nos parece menos historiográfica, dando em resultado, mais uma história do desenvolvimento — diríamos melhor do subdesenvolvimento brasileiro — discernindo as suas iminentes contradições, como variáveis que não podem deixar de ser tomadas em consideração na análise do nosso atual processo de desenvolvimento.

Assim, o estudo procura explicitar o subdesenvolvimento brasileiro em termos históricos, provocando-nos indagações pertinentes ao nível historiográfico, como: qual o condicionamento real da história do Brasil ao subdesenvolvimento? Como existe uma história subdesenvolvida e um subdesenvolvimento histórico — no caso brasileiro — torna-se portanto, possível reconhecer também, que o subdesenvolvimento não se dá de uma maneira a-histórica.

Assim, não pretendendo dar lições a ninguém, a história do Brasil deve todavia reivindicar a participação no diálogo científico. Tem condições para

mostrar, numa dimensão histórica que também pode ser historiográfica, quanto o conhecimento e interpretação dos fatos, mecanismos e estruturas do passado, podem ser úteis ao entendimento dos fatos, mecanismos e estruturas do presente.

Essa perspectiva nos faz lembrar, nunca direção bastante diversa, os historiadores norte-americanos, que ao nível de uma análise do sistema capitalista, têm procurado identificar certos traços do subdesenvolvimento do Terceiro Mundo de hoje com a evolução do capitalismo comercial — do seu advento à passagem para o capitalismo industrial — ou seja, até que ponto o subdesenvolvimento de hoje e semelhante ao subdesenvolvimento de alguns séculos atrás? (1). Em termos estruturais, tentar-se-ia explicitar problemas econômicos de difícil percepção no presente através da análise de problemas econômicos semelhantes do passado.

*

História e Desenvolvimento é a tese de livre-docência com que o autor pretendia, mais uma vez, lecionar na Universidade de São Paulo, o que conserva implicações que abrem as perspectivas para uma leitura crítica que se lhe promova.

Infelizmente, para a Universidade e para os estudos históricos em nosso país, a pretensão de Caio Prado Junior foi mais uma vez obstada. Com isso a discussão acadêmica que com certeza se daria por ocasião do concurso ficou frustrada, abrindo-se, contudo, agora com o livro, a oportunidade para um debate que por certo terá lugar, repetindo-se possivelmente o que ocorreu com seu livro anterior *A revolução brasileira*.

Revelando a sincronização de suas preocupações intelectuais, o autor quis em 1968 — data do concurso malogrado — chamar o historiador brasileiro ao debate sobre o desenvolvimento do país, pois a tese procurou avaliar “a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro”.

Aliás, esse programa de trabalho tem atraído também outros historiadores brasileiros, responsáveis pela sua prossecução. Assim é que, em 1970, o Departamento de História da Faculdade de Filosofia de Marília realizou o *I Encontro sobre História e Desenvolvimento* (2), a que se seguiu, em 1972, o *II Encontro*, sobre o mesmo tema, promovido desta feita pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia de Assis, tudo fazendo crer que esse

(1). — Frédéric Mauro, *Nova História e Novo Mundo*, pág. 32. Editora Perspectiva, São Paulo, 1969.

(2). — J. R. Amaral Lapa, *Ideologia da riqueza in Suplemento Literário de “O Estado de S. Paulo”, 13-6-1971.*

diálogo prosseguirá entre os historiadores e demais cientistas sociais. Como ambas as instituições promotoras tem no prelo números especiais de suas respectivas revistas *Estudos Históricos* e *Anais de História*, abrigando as comunicações apresentadas nos encontros, um público interessado maior poderá tomar conhecimento das colocações ali discutidas.

Estamos registrando esses fatos apenas para demonstrar como, de maneira sintomática, vários historiadores resolveram participar do amplo debate que se trava sobre o desenvolvimento brasileiro.

Essa conscientização toma agora maior significação com o lançamento do livro de Caio Prado Junior, pois embora a discussão teórica do tema entre os cientistas sociais data já de algum tempo, a verdade é que a esse debate o historiador não tivera acesso, porque não fora chamado, porque não quis comparecer ou simplesmente porque parecia não ter nada a dizer sobre o assunto.

Essa marginalização foi assim conscientemente quebrada, notando-se mesmo dados animadores como, por exemplo, a participação de historiadores em círculos mais restritos de discussão, que submetem o “modelo” brasileiro de desenvolvimento a um cerrado debate, como é o caso do CEBRAP, por exemplo.

Um novo livro de Caio Prado Junior é sempre lido com interesse pela importância de sua obra anterior, construída com independência e coerência. Em *História e Desenvolvimento*, o autor foge ao padrão comum das teses universitárias. Assim, o esquema da obra obedece uma divisão de capítulos que acaba por perder a sua razão de ser, uma vez que não são titulados, havendo um descompasso no tratamento, o que leva alguns capítulos a terem duas páginas, enquanto outros se estendem em demasia. Como em sua obra anterior (*A revolução brasileira*), também nesta o autor se vale, ou pelo menos indica, um mínimo de recursos bibliográficos, denotando possivelmente uma pretensa auto-suficiência de suas reflexões.

Esta aparente falta de estrutura formal de sua tese nem sequer deveria ser registrada, se ela por outro lado correspondesse à elaboração acadêmica que se poderia esperar, o que realmente não se dá por vários motivos.

Tentando uma síntese de nossa formação e evolução econômica, Caio Prado Junior nos oferece algumas colocações novas em relação ao nível do nosso conhecimento atual da história do Brasil, nesse terreno, como também em relação à sua obra anterior.

Embora datando o livro de 1968, pode-se verificar que ele foi atualizado, particularmente através dos dados arrolados: 1970 (pág. 9), 1971 (pág. 13) e mesmo março de 1972 (pág. 13), que é a data em que reviu a obra. Entretanto, em outros passos os dados estão desatualizados (pág. 72, por exemplo),

como também certas colocações tradicionalmente aceitas, tem entretanto sido revistas por obras outras de história do Brasil, que pelo visto o autor não tomou conhecimento, quando não ainda, suas proposições se esvaziam justamente pela evolução rápida de nossa economia nos últimos anos, o que leva a análise do autor a chocar-se com a realidade histórica da presente conjuntura.

Isso não significa a impertinência de muitas de suas críticas ao “modelo” adotado para incrementar o desenvolvimento, mas limita o alcance do debate, pois é claro que algumas vezes compromete a projeção que o autor faz para o comportamento de nossa economia nos próximos anos.

Se partimos para a discussão de um novo modelo, ideal para o nosso desenvolvimento — uma vez que se exauriu o sistema de substituição das importações — é preciso reconhecer nesse sentido que a complexidade de nossa realidade histórica está a nos mostrar que estamos longe de atingir sua compreensão em termos de uma explicitação do processo de crescimento que mais nos convem. Ainda mais, é preciso que fique claro também, que não se pretende arrogar à história ou à historiografia do Brasil a explicação definitiva ou a chave para arquitetarmos a ideologia de nossa riqueza.

Se os modelos abstratos, alienados de nossa realidade, podem realmente não corresponder, isto é, ao presidir a orientação de nossa política econômica podem ser surpreendidos com entraves que os estrangulem, vemos entretanto que a aplicação ao nível empírico do conhecimento histórico, de soluções que levem em conta os componentes básicos de nossa evolução não são suficientes — seria estultícia supor o contrário — ao ponto de se relegar os esquemas de análise teórica atualmente em debate, quer em defesa quer criticando o sistema.

A contribuição do livro de Caio Prado Junior é justamente a de tentar estabelecer alguns parâmetros, dentro do conhecimento histórico, que devem condicionar o estudo e as soluções propostas para o nosso desenvolvimento.

JOSÉ ROBERTO DO AMARAL LAPA

* * *

*

MARTINS (José de Souza). — *Conde Matarazzo, o Empresário e a Empresa: Estudo de Sociologia do Desenvolvimento*. 2ª edição, São Paulo, Hucitec, 1973.

A publicação do livro de José de Souza Martins, em 2ª edição, era uma obrigação do meio editorial brasileiro para com o jovem e operante professor de Sociologia da Universidade de São Paulo. A primeira edição com o título *Empresário e Empresa na Biografia do Conde Matarazzo* esgotou-se rapida-

mente. A consulta ao trabalho se tornou difícil e o recurso do empréstimo ou de cópias xerográficas nem sempre oportuno ou eficiente. Impunha-se a 2ª edição e de parabéns a Hucitec pelo empreendimento.

É um livro que marca um momento de nossa sociologia. É Florestan Fernandes quem nos diz: “Escrito quando se começava a investigar a fundo as estruturas e os dinamismos da relação imperialismo ⇔ dependência, este livro marca época, entre nós, como um avanço pioneiro no estudo sociológico de uma transição concreta. Neste sentido, ele se situa, de fato, no campo da sociologia do desenvolvimento. Doutro lado, como ele mostra como a transformação capitalista se desenrola sob o capitalismo dependente, através de condicionamentos e determinações internos e externos ele representa uma importante contribuição à teoria da incorporação”.

Se parte de duas hipóteses preliminares quais sejam de que “a gênese e o desenvolvimento da indústria brasileira estão diretamente relacionados com mecanismos econômicos não necessariamente ligados a inevitáveis substituições de importações” e desta deriva a segunda: “se o mercado de produtos industriais “pertencia” aos importadores e se os momentos da crise são insuficientes para explicar a industrialização, esta ocorreu estimulada pelos importadores ou, em caso negativo, pela quebra das relações entre o importador e o consumidor” (p. 5) consegue, através de seus capítulos sobre a origem e transformações do grupo Matarazzo, os horizontes do empresário e as condições da industrialização, uma demonstração de suas proposições iniciais e termina por coroar seu trabalho com conclusões seguras e precisas.

É um livro onde se sente a preocupação do autor na busca do documento ou da informação precisa para, através deste embasamento seguro, demonstrar as suas hipóteses de trabalho. Não trata de “arranjar” “exemplos” que se “amoldem” aos seus pressupostos teóricos.

A nova edição de *Conde Matarazzo — Empresa e Empresário* contém al- como marco de uma época e como “exelente livro que ilustra muito bem os marcos e os resultados de semelhante compreensão da sociologia” é também importante contribuição, uma das mais importantes sem dúvida, para os estudos da nossa História, principalmente aos estudos de nossa História mais recente.

A nova edição de *Conde Matarazzo — Empresa e Empresário* contém alterações, como nos chama a atenção o autor, no primeiro capítulo, “principalmente para explicitar a atuação de Matarazzo no período do “Ensilhamento” em São Paulo e sua atividade como banqueiro...”, e correção dos “erros de revisão anterior, especialmente em alguns nºs dos quadros VIII, IX e X, e a correção formal onde era cabível”. Somente está acrescido de “um pequeno apêndice de atualização da bibliografia sobre a “história da industrialização brasileira” (p. 13).

É de interesse para todos quanto busquem uma análise profunda d' "o processo de transição que tem como traço básico da ideologia empresarial o protecionismo alfandegário, a solidariedade do poder em relação às exigências de lucro da indústria, ainda que nesse caso as implicações fossem relativas ao caráter comercial do lucro" (p. 118).

JOSÉ SEBASTIÃO WITTER